

SARA RAQUEL ROCHA SOUSA SILVA

**RUTURAS DA PARENTALIDADE E DA
CONJUGALIDADE,
PRÁTICAS PARENTAIS E
COMPORTAMENTOS TRANSGRESSIVOS NA
ADOLESCÊNCIA**

Orientadora: Valentina Chitas

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Escola de Psicologia e Ciências da Vida

Lisboa

2016

SARA RAQUEL ROCHA SOUSA SILVA

**RUTURAS DA PARENTALIDADE E DA
CONJUGALIDADE,
PRÁTICAS PARENTAIS E
COMPORTAMENTOS TRANSGRESSIVOS NA
ADOLESCÊNCIA**

Dissertação defendida em provas públicas para obtenção do grau de Mestre em Psicologia Forense e da Exclusão Social, no Curso de Mestrado em Psicologia Forense e da Exclusão Social, conferido pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, no dia 25/05/2016, perante o júri, nomeado pelo Despacho de Nomeação nº 129/2016, com a seguinte composição:

Presidente: Prof. Doutor Carlos Alberto Poiares

Arguente: Prof. Doutor José Brites

Orientador: Prof. Doutora Valentina Chitas

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Escola de Psicologia e Ciências da Vida

Lisboa

2016

Agradecimentos

Primeiramente, agradeço aos meus pais por me proporcionarem a possibilidade de ingressar no curso que escolhi e por me apoiarem durante toda esta caminhada.

Agradeço à Professora Doutora Valentina Chitas por me ter orientado durante este último ano e por ser paciente quando todo o trabalho parecia estar demasiado atrasado. Assim como a todos os restantes professores que contribuíram com a partilha do conhecimento e entusiasmo relativo ao curso e ao que é ser Psicólogo Forense e da Exclusão Social.

Agradeço às minhas colegas e amigas Cláudia Marques e Laura Morais pela paciência e apoio ao longo de todo o curso.

Agradeço à Carla Salustiano por toda a amizade que tem vindo a demonstrar e o apoio que tem dado. Ao Rui Gonçalves por ser sempre um amigo presente, interessado e preocupado, dando sempre os melhores conselhos. Agradeço também à Catarina Barba, à Estela Camejo e à Sara Helena por estarem sempre presentes, disponíveis e prontas a ajudar.

Resumo

A presente investigação tem como objetivo compreender a relação entre as ruturas da parentalidade e da conjugalidade e as práticas parentais com os comportamentos transgressivos na adolescência. A amostra é constituída por 97 adolescentes pertencentes ao 3º ciclo do ensino básico e ao ensino secundário do Agrupamento de Escolas de Cascais, 61 pertencentes ao sexo feminino e 36 ao sexo masculino, compreendendo a uma média de idades de 15,62 anos (DP = 1,98). O questionário aplicado encontra-se dividido em três secções, sendo na primeira recolhidos um conjunto de dados sociodemográficos relativos à população alvo do estudo. A segunda secção comporta um conjunto de questões referentes às práticas parentais e relação com a família, tendo sido utilizadas as seguintes medidas: Escala de Monitorização - Parental Monitoring Scale (PMS) (Small, 1993); Escala de Envolvimento e Estilo Parental - Parenting Style and Parental Involvement (PSPI) (Paulson, 1991); e Escala de Suporte Parental - Parenting Support (PS) (Bowen & Richman, 2000). Por último, a terceira secção inclui um conjunto de indicadores relativos aos comportamentos transgressivos (uso de substâncias psicoativas e comportamentos antissociais). Os resultados mostraram que os comportamentos antissociais e o consumo de substâncias são influenciados pelas ruturas e pelas práticas parentais, apesar de se verificarem correlações fracas devido à dimensão da amostra e ao facto de esta ter uma percentagem reduzida de jovens com comportamentos transgressivos.

Palavras-chave: *ruturas da parentalidade e conjugalidade; práticas parentais; adolescência; comportamentos transgressivos*

Abstract

This research aimed to understand if parenting and marital disruptions, and parenting practices influence transgressive behaviors in adolescence, trying to understand whether there are differences between intact and non-intact families regarding this type of behaviors. The sample consisted in 97 adolescents belonging to the 3rd cycle of basic education and secondary education of Agrupamento de Escolas de Cascais, 61 female and 36 males, comprising an average age of 15.62 years ($SD = 1,98$). The questionnaire is divided into socio-demographic data; parenting practices and transgressive behaviors. Using the following measures: Parental Monitoring Scale (PMS) (Small, 1993); Parenting Style and Parental Involvement (PSPI) (Paulson, 1991); and Parenting Support (PS) (Bowen & Richman, 2000). Finally, the third section includes a set of indicators for transgressive behavior (substance abuse and antisocial behavior). The results showed that the antisocial behavior and substance use are influenced by disruptions and parenting practices, although weak correlations are met due to sample size and the fact that it has a small percentage of young people with transgressive behavior.

Key words: *parenthood and conjugality disruption; parenting; adolescence; transgressive behaviors*

Lista de Abreviaturas e Siglas

INE – Instituto Nacional de Estatística

PMS - Parental Monitoring Scale

PSPI - Parenting Style and Parental Involvement

PS - Parenting Support

SICAD - Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências

SMF - Sistema de Mediação Familiar

OEDT - Observatório Europeu das Drogas e da Toxicodependência

Índice Geral

Introdução	10
CAPÍTULO I – Família e Parentalidade	14
1. Família	15
2. Parentalidade	20
2.1 Práticas parentais	22
2.2 Estilos parentais	23
3. Ruturas da parentalidade e da conjugalidade	27
CAPÍTULO II – Adolescência e comportamentos transgressivos	32
1. Adolescência	33
2. Comportamentos transgressivos	36
2.1 Transgressão e Delinquência	36
2.2 Teorias da Transgressionalidade	37
2.3 Comportamentos antissociais	39
2.4. Consumo de substâncias	41
2.5 Associação entre comportamentos antissociais e consumo de substâncias	45
2.6 Fatores de risco e de proteção	46
CAPÍTULO III – Impacto das ruturas e das práticas parentais na adolescência	50
1. Impacto das ruturas da parentalidade e da conjugalidade na adolescência	51
2. Impacto das práticas e dos estilos parentais	54
CAPÍTULO IV - Metodologia	59
1. Objetivo do estudo	60
2. Amostra	60
3. Procedimento	60
4. Instrumentos	61
Resultados	63
1. Separação e divórcio	63
2. Práticas parentais	63
3. Comportamentos transgressivos na adolescência	64
4. Práticas parentais e comportamentos transgressivos na adolescência	67
4.1 Correlações	67
4.2 Regressões	68
5. Diferenças de comportamentos transgressivos entre adolescentes de famílias intactas e não intactas	71
Discussão	73

Conclusão	77
Referências	79
ANEXOS	I
Anexo I – Pedido de autorização aos Encarregados de Educação.....	II
Anexo II - Questionário	III

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Práticas parentais por sexos	64
Tabela 2 - Consumo de substâncias por sexos.....	65
Tabela 3 - Frequências de consumo de substâncias.....	65
Tabela 4 - Idades da primeira experiência relativa ao consumo de substâncias.....	66
Tabela 5 - Comportamentos antissociais por sexo.....	66
Tabela 6 - Correlação entre o consumo de substâncias e os comportamentos antissociais.....	67
Tabela 7- Correlação entre as práticas parentais e o consumo de substâncias	68
Tabela 8 - Correlação entre as práticas parentais e os comportamentos antissociais	68
Tabela 9 - Regressão entre as práticas parentais e o consumo de substâncias	69
Tabela 10 - Regressão entre as práticas parentais e os comportamentos antissociais	70
Tabela 11 - Diferenças de consumo de substâncias entre adolescentes de famílias intactas e não intactas	71
Tabela 12 - Diferenças de comportamento antissocial entre adolescentes de famílias intactas e não intactas	72

Introdução

O impacto das ruturas da parentalidade e da conjugalidade na vida dos adolescentes constitui uma questão bastante pertinente, uma vez que estes se encontram numa fase de transição das suas vidas, caracterizada por grandes mudanças que ocorrem a vários níveis, na passagem para a idade adulta (Rosenblum & Lewis, 2003), estando assim numa condição de maior vulnerabilidade. Desta forma, durante este período, a família desempenha um papel crucial na vida dos mesmos, podendo constituir-se como elemento organizador e contentor destas mudanças.

A família é o núcleo básico de qualquer organização social. Segundo Osório (1996), esta consiste numa unidade grupal onde se desenvolvem relações de aliança, de filiação e de consanguinidade e que desenvolveu funções diversificadas de transmissão de valores éticos, estéticos, religiosos e culturais. Vai assumindo diferentes configurações, ela própria transforma-se, evolui em períodos de expansão e compressão e espera-se que satisfaça, ou compense, os desejos e as necessidades a que a vida social não dá resposta (Leal, 2005). A família é também responsável pela maior parte das aprendizagens iniciais que efetuamos, determinando as primeiras relações sociais e respetiva socialização, sendo esta influenciada pela vinculação (Sprinthall & Collins, 1999).

Dentro do sistema familiar encontram-se as dimensões da parentalidade e da conjugalidade. Cruz (2005) define parentalidade como o conjunto de ações desempenhadas pelas figuras parentais junto dos seus filhos, no sentido de promover o seu desenvolvimento da forma mais plena possível utilizando para tal os recursos de que dispõe dentro da família e na comunidade. Dentro da dimensão da parentalidade podemos encontrar as práticas e os estilos parentais. As práticas parentais referem-se a estratégias que são utilizadas pelos pais com o intuito de atingir determinados objetivos, isto é, com a finalidade de orientar o comportamento. Segundo os autores Darling e Steinberg (1993), são comportamentos através dos quais os pais orientam o comportamento para socializar, controlar ou desenvolver valores e atitudes nos filhos. Por sua vez, o estilo parental consiste no contexto no qual os pais socializam os seus filhos, de acordo com os seus valores e crenças (Darling e Steinberg, 1993).

No que toca à conjugalidade, esta refere-se à díade conjugal, ou seja, quando dois indivíduos se comprometem com uma relação estável e duradoura, complementam-se e adaptam-se de modo a constituir um modelo de funcionamento conjugal (Sousa, 2006). A sua formação e a sua rutura envolvem vários processos de interações entre os membros do casal, da família e do grupo social, influenciando todo o seio familiar. Quando a conjugalidade e a parentalidade se juntam é necessário haver uma reorganização intrafamiliar, interfamiliar e

intersistémica pois onde antes existiam dois níveis, passam a existir três (Alarcão, 2002). A problemática surge quando começam a existir conflitos familiares que resultem na rutura da parentalidade e da conjugalidade. O divórcio afeta a relação do casal enquanto pais e na forma como cumprem as suas funções. A tomada de decisões em relação aos filhos, a cooperação na educação e o suporte no que toca ao papel que cada um desempenha podem ser influenciados pelo facto de estarem divorciados e não viverem juntos.

As ruturas da conjugalidade e da parentalidade, juntamente com as práticas e estilos parentais, podem levar à ocorrência de certos comportamentos transgressivos na vida dos adolescentes. A transgressão pode ser considerada como obrigatória, uma vez que é necessária para o desenvolvimento, para o crescimento e para o processo de aquisição de novas formas de socialização dos adolescentes (Benavente, 2002) e também porque desempenha uma resposta adaptativa a circunstâncias contextuais, isto é, o adolescente evidencia um determinado controlo sobre as suas respostas desviantes, sendo que as apresenta apenas quando estas lhes são oportunas e benéficas para a sua adaptação (Negreiros, 2001).

Os comportamentos transgressivos da adolescência abordados na presente investigação são os comportamentos antissociais e o consumo de substâncias, lícitas e ilícitas. Os comportamentos antissociais podem ser definidos como um padrão de resposta cuja consequência é maximizar gratificações imediatas e evitar, ou neutralizar, as exigências do ambiente social. Este comportamento, circunscrito à adolescência, pode ser considerado estatisticamente normativo e interpretado como tentativa de expressão de autonomia (Benavente, 2002). Segundo Hirschi, Hindelang e Weis (1981), a maioria dos comportamentos inclui roubo, consumo de álcool, copiar nos testes e chegar tarde às aulas, uso de drogas, desafiar os pais, agressividade, baixa autoestima e baixo autoconceito (Ma, 1996). O consumo de substâncias lícitas, como o tabaco e o álcool, e de substâncias ilícitas, como o consumo de cannabis, é uma realidade crítica da sociedade atual e uma das transgressões mais comuns neste período, tratando-se de um fenómeno existente em diferentes países, culturas e classes sociais (Schenker & Minayo, 2005).

Desta forma, o objetivo da presente dissertação é perceber em que medida é que as ruturas da parentalidade e da conjugalidade e as práticas parentais influenciam comportamentos transgressivos, tentando compreender se existem diferenças entre as famílias intactas e não intactas em relação a este tipo de comportamentos.

A dissertação é constituída por quatro capítulos. O primeiro reporta ao conceito de família e de parentalidade, às práticas e estilos parentais, assim como às ruturas da parentalidade e da conjugalidade. No segundo capítulo é abordada a adolescência e os comportamentos transgressivos, fazendo uma breve referência às teorias da

transgressionalidade. O terceiro capítulo faz referência ao impacto que as práticas parentais e as ruturas da parentalidade e da conjugalidade têm na vida dos adolescentes, relacionando as temáticas com os comportamentos transgressivos. O quarto capítulo é referente à metodologia de investigação, incluindo a amostra, o procedimento e os instrumentos utilizados. Terminando com os resultados, e respetiva discussão, e a conclusão.

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

CAPÍTULO I

FAMÍLIA E PARENTALIDADE

1. Família

A família é uma instituição universal presente em todos os tipos de sociedade, sendo o núcleo básico de qualquer organização social. No decorrer da história, a família moldou-se em função das mudanças sociais, sofreu uma evolução e passou da família da idade média para a família patriarcal, que por sua vez deu lugar à família nuclear doméstica fechada, com fortes laços emocionais, bastante individualizada e preocupada com a educação dos filhos. O papel da família e o seu funcionamento são objeto de estudo para vários autores, uma vez que este é o pilar necessário para um bom equilíbrio pessoal e social (Leal, 2005).

Osório (1996) defende que a família é uma unidade grupal onde se desenvolvem relações de aliança entre casais, de filiação (pais e filhos) e de consanguinidade (irmãos) e que desenvolveu funções diversificadas de transmissão de valores éticos, estéticos, religiosos e culturais, isto é, uma das funções da família consiste em desenvolver um sistema de valores, atitudes e crenças sobre a família e sobre a sociedade. É um sistema que evolui e muda no espaço e no tempo, não sendo um sistema fechado mas sim um sistema que possui fronteiras mais ou menos permeáveis e em interação com outros sistemas familiares. Vai tendo diferentes configurações e ela própria transforma-se, evolui em períodos de expansão e compressão e espera-se que satisfaça, ou compense, os desejos e as necessidades a que a vida social não dá resposta (Leal, 2005).

Do início do século XX até meados dos anos 60, houve o predomínio do modelo de família “tradicional”, no qual homens e mulheres possuíam papéis específicos, social e culturalmente estabelecidos. Segundo esse modelo, o homem é o “chefe da casa”, o provedor da família, sendo responsável pelo trabalho remunerado, tendo autoridade e poder sobre as mulheres e os filhos. A mulher, por sua vez, é responsável pelo trabalho doméstico, estando envolvida diretamente com a vida familiar, dedicando-se ao cuidado dos filhos e do marido, ou seja, a atividades realizadas no âmbito da vida privada (Pratta & Santos, 2007).

A partir da segunda metade do século XX, a família passou por um processo de intensas transformações económicas, sociais e trabalhistas. Diversos fatores contribuíram para essas mudanças, como o processo de urbanização e industrialização, o avanço tecnológico, a maior participação da mulher no mercado de trabalho, o aumento no número de separações e divórcios, a diminuição das famílias numerosas, o empobrecimento acelerado, a diminuição das taxas de mortalidade infantil e de natalidade, a elevação do nível de vida da população, as transformações nos modos de vida e nos comportamentos das pessoas, as novas conceções em relação ao casamento e as alterações na dinâmica dos papéis parentais e de género. No que diz respeito às relações entre pais e filhos, esse padrão também se modificou, já não sendo baseado na imposição da autoridade e sim na valorização de um relacionamento aberto,

pautado na possibilidade de diálogo, o qual é considerado um elemento importante dentro do contexto familiar, principalmente no que se refere à convivência entre os membros da família (Pratta & Santos, 2007).

As famílias dos dias de hoje apresentam formas diferentes, existindo alterações nas suas características, como o aumento de divórcios, o papel da mulher, a perda de poder dos pais perante os filhos, a diminuição do número de filhos por família e as famílias monoparentais tornam-se cada vez mais comuns na sociedade. Segundo o INE (Instituto Nacional de Estatística, 2013), em 2011 existia uma diversidade mais acentuada das formas de viver em família, quer em relação à conjugalidade, quer em relação à parentalidade (aumento das famílias monoparentais e reconstituídas) em comparação com anos anteriores. A dimensão média das famílias reduziu significativamente em 50 anos, passando de 3,8 pessoas por família, em 1960, para 2,6 pessoas, em 2011. Nesse ano, 59% das famílias eram constituídas por um casal, sendo o casal com filhos a estrutura predominante (35,2%), havendo um aumento das famílias recompostas. As famílias monoparentais têm vindo a aumentar e o seu peso ultrapassou, em 2011, o das famílias complexas, em resultado sobretudo do aumento das ruturas conjugais. Este crescimento representou uma variação de 35,7% em relação a 2001. A análise da taxa de variação dos núcleos de pai e de mãe só pela idade do filho mais novo revela que, na década 2001-2011, são os núcleos com filhos menores de 18 anos que apresentam uma taxa de variação mais elevada, de 47,7% (INE, 2013).

O conceito de família monoparental refere-se a uma mãe ou um pai a viver sem cônjuge e com filhos dependentes, são em geral famílias mais “vulneráveis”, quer no plano económico quer do ponto de vista dos cuidados prestados às crianças. Segundo Saraceno (1997), uma família monoparental é como uma família parcial onde perdura a ausência de ordem material mas também simbólica, pois da mesma forma que o filho sente a falta do outro progenitor, também o progenitor sente a falta de um cônjuge. Este tipo de família pode ser alvo de marginalização social, que se pode refletir num sentimento de inferioridade e de desvalorização pessoal. Nestas famílias, os papéis e as funções de cada um devem ser avaliados segundo as circunstâncias que presidiram à reorganização da família, segundo a idade dos filhos e as regras de funcionamento familiar (Relvas & Alarcão, 2007).

Trata-se de uma família que encerra, em si, alguma complexidade, devido aos vários fatores que estão na sua origem, e pode afirmar-se que esta forma de família não é escolhida, sendo antes a consequência de situações anteriormente vividas ou de outras circunstâncias que estão na base desta configuração familiar (Leandro, M., 2001).

Segundo Leandro (2001), a monoparentalidade acarreta uma perda do poder aquisitivo e a redução do rendimento económico dessas famílias, o que pode levar a situações de

pobreza. Há apenas um progenitor no papel de provedor do lar, seja no plano económico ou no emocional e afetivo. Contudo, no caso de divórcio ou separação, na maioria dos casos, os filhos ficam à guarda da mãe, e o pai deve contribuir através do pagamento de uma pensão pecuniária de periodicidade mensal, bem como efetuar visitas regulares aos filhos. Ou seja, nestas circunstâncias dá-se a rutura do laço conjugal mas não a rutura parental.

De acordo com Alarcão e Gaspar (2007), as consequências da ausência de um dos pais é vista em quatro níveis: nível do subsistema conjugal, que se perde ou nunca se constituiu, onde as consequências da sua ausência são: falta de suporte emocional para a resolução de problemas intra e extra familiares e fraca comunicação; ao nível do subsistema parental, onde é afetada a dinâmica familiar, desde a partilha de tarefas e divisão de papéis, ao excesso de apego, podendo perturbar o desenvolvimento dos jovens ao nível da autoconfiança e segurança de si; ao nível do subsistema fraternal, onde o filho assume as funções de um dos progenitores e poderá comprometer a sua relação com os restantes membros familiares assim como o seu próprio desenvolvimento; e, por fim, ao nível do subsistema individual, podendo conduzir a uma crise do adolescente com consequências vastas.

Relvas (1996) surge com uma visão de que a família é um sistema constituído por quatro subsistemas: subsistema individual, em que para além do seu envolvimento no seio do sistema familiar, o individuo desempenha noutros sistemas funções e papeis que interagem com o seu desenvolvimento pessoal e com o seu posicionamento na família; o subsistema parental, um subsistema com funções executivas, tendo a seu cargo a proteção e educação das gerações mais novas; o subsistema conjugal, que engloba o casal; e o subsistema fraternal, com funções ao nível do treino das relações entre irmãos. A estrutura familiar depende da forma como se organizam estes subsistemas, do tipo de relações que se desenvolvem entre eles e no interior de cada um.

Muitos são os modelos e teorias que se centram no núcleo familiar, contudo, o Modelo Circumplexo do Sistema Conjugal e Familiar de Olson (1999) é um dos modelos mais estudados e utilizados. O modelo foca-se em três dimensões: a coesão, a flexibilidade e a comunicação. Estas dimensões surgiram a partir de mais de 50 conceitos desenvolvidos para descrever dinâmicas conjugais e familiares (Olson, 1999).

A coesão é definida como a ligação emocional que existe entre os membros da família e está dividida em quatro níveis: desligado (coesão extremamente baixa); separado (coesão baixa a moderada); ligado (coesão moderada a alta) e emaranhado (coesão extremamente alta). Os níveis considerados equilibrados são o nível separado e o nível ligado, uma vez que tendem a ser mais funcionais ao longo da vida. No nível separado, as relações têm alguma separação emocional, sendo o tempo passado sem a família considerado importante, existindo

também tomada de decisão conjunta e suporte conjugal. Numa família ligada, existe uma maior aproximação emocional, lealdade entre os membros e o tempo que passam juntos é mais importante do que o tempo que passam separados. Os níveis considerados desequilibrados são os que se encontram nos extremos, o nível desligado e o nível emaranhado. No nível desligado existe uma separação emocional extrema, pouco envolvimento entre os membros da família e uma grande independência. Os sujeitos são incapazes de dar suporte e ajuda na resolução de problemas. Por fim, numa família emaranhada, existe uma extrema ligação emocional, os sujeitos são muito dependentes uns dos outros e a energia é toda dirigida para a família (Olson, 1999).

A flexibilidade avalia a capacidade do sistema familiar mudar a sua estrutura de poder, as regras e o papel das relações. Esta dimensão também se encontra dividida em quatro níveis: rígido (flexibilidade extremamente baixa); estruturado (flexibilidade baixa a moderada); flexível (flexibilidade moderada a alta) e caótico (flexibilidade extremamente alta). Os níveis considerados equilibrados são o estruturado e o flexível pois existe um equilíbrio entre a estabilidade e a mudança e há uma tendência para a família ser mais equilibrada ao longo do tempo. Uma família estruturada tende a ter uma liderança democrática com algumas negociações que incluem as crianças, os papéis são estabelecidos, assim como a regras, havendo espaço para algumas mudanças. No nível flexível, existe uma liderança igualitária, negociações que incluem as crianças, os papéis são partilhados e apropriados a cada idade e as regras podem ser alteradas. Os níveis considerados desequilibrados são o nível rígido e o nível caótico. Uma família rígida tem apenas um sujeito na liderança que é extremamente controlador, não havendo espaço para negociações nem alterações nas regras. Numa família caótica, os papéis não estão definidos e as decisões são tomadas por impulso (Olson, 1999).

No que toca à comunicação, a sua medição foca-se na família enquanto grupo, dando especial atenção à capacidade de ouvir, falar, à partilha de sentimentos, clareza, respeito e consideração no que toca a aspetos afetivos da comunicação. As famílias equilibradas têm uma boa comunicação (Olson, 1999). Os vários níveis familiares de cada dimensão dão origem a dezasseis tipos familiares, que são agrupados em quatro grandes tipos: equilibrado, moderadamente equilibrado, meio-termo e extremo (Schrodt, 2005).

Bowen (1950) criou a Teoria dos Sistemas Familiares. Esta perceciona a família como uma unidade emocional e usa o pensamento sistémico para descrever as complexas interações dentro da unidade, apresentando oito conceitos: o triângulo; a diferenciação do *self*; o sistema emocional da família; o processo de projeção da família; o processo de transmissão multigeracional; o *cutoff* emocional; e a posição do irmão e processo societal emocional. Segundo a teoria, é natural que os membros de uma família estejam emocionalmente ligados

de forma intensa e afetam tanto os pensamentos, sentimentos e ações uns dos outros que muitas vezes parece que estão todos “na mesma pele”. Os sujeitos solicitam a atenção, aprovação e suporte e reagem às necessidades, expectativas e stresse uns dos outros. A ligação e a reatividade fazem com que os membros da família funcionem de forma interdependente, contudo, as famílias diferem de alguma forma no grau de dependência, apesar de este estar sempre presente.

Segundo Rothbaum et al. (2002), a Teoria dos Sistemas Familiares e a Teoria da Vinculação de Bowlby têm semelhanças importantes. Algumas semelhanças são amplas, como teorias com base no pensamento sistémico e com preocupações direcionadas para as relações, e outras são a um nível mais específico, tais como a correspondência entre as classificações de relações seguras, ambivalentes e evitantes.

Para além das semelhanças, existem diferenças entre as teorias. A Teoria da Vinculação é focada em dinâmicas que envolvem proteção, cuidados e sentimentos de segurança enquanto que a Teoria dos Sistemas Familiares se preocupa com dinâmicas familiares, estruturas envolventes, papéis, padrões de comunicação, limites e poder nas relações. A Teoria da Vinculação é focada na díade, com a maior parte da ação a ocorrer individualmente, por outro lado, a teoria de Bowen é focada na tríade, com a maior parte da ação a ocorrer entre grupos. A teoria de Bowlby é relativamente mais preocupada com as crianças e o seu desenvolvimento, enquanto que a Teoria dos Sistemas Familiares é mais preocupada com os adultos e o seu atual funcionamento. A Teoria da Vinculação baseou-se primeiramente na pesquisa empírica com populações normais, por sua vez a outra teoria baseou-se em estudos de casos envolvendo populações clínicas (Rothbaum, et al. 2002).

De acordo com Osório (1996), a família tem várias funções que estão interligadas, podendo ser divididas em funções biológicas, psicológicas e sociais. Assim, compete à função biológica acautelar a sobrevivência da espécie, através dos cuidados de saúde e alimentares. As funções sociais compreendem a transmissão da cultura e a preparação para a cidadania. A família determina as primeiras relações sociais, assim como os contextos onde ocorre a maior parte das aprendizagens iniciais que efetuamos acerca das pessoas, situações e capacidades individuais (Sprinthall & Collins, 1999) e permite à criança e ao jovem ensaiar alguns comportamentos, sendo que a reprodução dos mesmos no futuro, noutros contextos, depende se o comportamento é classificado como adequado ou não, pela família (Camacho & Matos, 2006).

Numa fase inicial, é através da vinculação que a família influencia a socialização. A vinculação consiste numa ligação afetiva duradoura que se estabelece com um número limitado de pessoas, restringindo-se inicialmente aos progenitores e que, ao ser interiorizada,

permite criar posteriormente outras relações sociais (Born, 2005). Socialização, segundo Born (2005), é o processo que permite aprender e interiorizar papéis sociais, valores e normas, fornecendo ao sujeito ferramentas essenciais à adaptação social e conformidade. A aprendizagem de competências e padrões de socialização depende da transmissão das normas, da sua interiorização e da aquisição da função do controlo do comportamento que surge por volta dos dois anos e que se vai desenvolvendo a partir dos limites que são fixados pelos pais.

2. Parentalidade

A forma como os pais exercem a sua função parental é bastante diversificada. A parentalidade consiste num processo maturativo que leva a uma reestruturação psicoafetiva que permite que os indivíduos se tornem pais, permite que possam responder às necessidades físicas, afetivas e psíquicas dos filhos (Leal, 2005), isto é, consiste num conjunto de ações encetadas, pelas figuras parentais, junto dos seus filhos, no sentido de promover o seu desenvolvimento da forma mais plena possível utilizando para tal os recursos de que dispõe dentro da família e na comunidade. O conceito tem sido analisado em função das características das crianças (e.g. idade, o sexo, o temperamento, os domínios do desenvolvimento ou problemas psicopatológicos específicos), das características dos pais (e.g. género, classe social, qualidade da relação conjugal) e de fatores contextuais extrafamiliares (Cruz, 2005).

Segundo Rutter (1989), o comportamento parental refere-se aos cuidados que se prestam à criança, isto é, proporcionar um ambiente adequado ao desenvolvimento cognitivo e social, responder ao desconforto, às interações sociais, pedidos, comportamentos disruptivos, resolver conflitos e dificuldades. Requer também certas competências que se refletem na capacidade de resposta para as diferentes necessidades em diferentes fases do desenvolvimento da criança, na resolução de problemas sociais e em lidar com adversidades e situações de stress e no uso de técnicas de disciplina (Pires, 1990).

Segundo Cruz (2005), inerente à dimensão da parentalidade está a definição das funções e papéis desempenhados pelos pais. No âmbito das funções pode referir-se a capacidade dos pais para satisfazer as necessidades mais básicas da sobrevivência e saúde, a capacidade de disponibilizar à criança um mundo físico organizado e previsível, com espaços, objetos e tempos que possibilitem a existência de rotinas (sendo que algumas famílias têm dificuldades em providenciar a organização e a variedade de estímulos que caracterizam os ambientes familiares estimulantes), a capacidade para dar resposta às necessidades de compreensão cognitiva das realidades extrafamiliares (os pais são como que os interpretes do mundo exterior face à criança), a capacidade para satisfazer as necessidades de afeto,

confiança e segurança que se traduzem pela construção de relações de vinculação e a capacidade de satisfazer as necessidades de interação social da criança e a sua integração na comunidade. Para além das funções, os pais desempenham papéis, atuando como parceiros de interação, onde se incluem as situações do quotidiano, e como instrutores diretos tanto face a situações de carácter cognitivo como face a situações que envolvam a resolução de problemas em contextos sociais. O terceiro papel consiste na preparação e disponibilização de oportunidades de estímulo e aprendizagem em contextos extra familiares.

O autor Hoghughi (2004) sugere a existência de onze dimensões da parentalidade. Segundo o seu modelo, a parentalidade subdivide-se em Atividades Parentais, Áreas Funcionais e Pré-Requisitos.

Nas Atividades Parentais inserem-se as dimensões de Cuidado (físico, emocional e social), Controlo e Disciplina e Desenvolvimento. Segundo o autor, estas têm o objetivo de assegurar a prevenção de situações que possam fazer a criança sofrer e promover situações positivas que a ajudem ao longo da vida. Desta forma, os pais pretendem garantir a satisfação das necessidades de sobrevivência dos seus descendentes. Ao nível das Áreas Funcionais, estão inseridas as dimensões que se relacionam com aspetos do funcionamento da criança que requerem atenção parental: Saúde Física, Saúde Mental, Comportamento Social e Funcionamento Educativo e Intelectual. Trata-se da especificação de determinadas tarefas parentais. E, por fim, nos Pré-Requisitos inserem-se as dimensões Conhecimentos e Compreensão, Recursos, Motivação e Oportunidades, necessários para o desenvolvimento da atividade parental. As duas primeiras relacionam-se com as competências parentais para reconhecer as necessidades dos filhos ao longo do ciclo de vida, sendo pontos de partidas cruciais para que exista um processo parental efetivo, relacionando-se com a Motivação, um padrão que diz respeito aos desejos e compromissos dos pais em canalizar os esforços necessários para manter e melhorar as condições de socialização da criança. No que toca aos Recursos, o autor refere as qualidades e as competências parentais, as redes sociais e os recursos materiais. Nas Oportunidades, Hoghughi (2004) realça certos condicionantes que acabam por ter grande impacto em toda a parentalidade, como o tempo necessário para que os pais exerçam da melhor forma as suas atividades parentais.

Já em relação às características individuais parentais, o modelo de Belsky (1984) realça o facto de que certos fatores da personalidade dos elementos parentais facilitam a parentalidade, salientando que um progenitor que apresente poucos traços de neuroticismo, índices elevados de extroversão, amabilidade, presença de abertura à experiência e de conscienciosidade, poderá providenciar um padrão educativo de maior suporte, responsividade e estimulação intelectual.

Segundo a literatura, existem duas dimensões distintas inerentes à parentalidade, as práticas e os estilos parentais que apresentarei de seguida.

2.1 Práticas parentais

Quando se fala de práticas parentais, refere-se às estratégias que são utilizadas pelos pais com a finalidade de orientar o comportamento, para socializar, controlar ou desenvolver valores e atitudes nos filhos. Segundo os autores Darling e Steinberg (1993), estes são comportamentos através dos quais os pais expressam os seus deveres parentais com um objetivo específico, sendo que o estilo parental consiste no contexto no qual os pais socializam os seus filhos, de acordo com os seus valores e crenças.

Maccoby e Martin (1982) argumentaram que esta diferença é crítica na medida em que os pais que não diferem no seu estilo parental podem diferir bastante nas práticas que usam para atingir os seus objetivos de socialização em relação aos filhos. As práticas parentais, ainda segundo os autores, podem ter um efeito direto na realização dos adolescentes, enquanto que os estilos parentais podem ter um efeito indireto (Bornstein, 1995).

Belsky (1984) refere que as práticas parentais são determinadas por três fatores: a personalidade dos pais; as características das crianças; e a qualidade da relação do casal. Hoffman (1975) propôs duas categorias para o conjunto de estratégias disciplinares utilizadas pelos pais: as estratégias indutivas e as estratégias de força coerciva. Os dois tipos têm como função comunicar à criança o desejo dos pais de que modifique o seu comportamento, bem como pressiona-la a obedecer.

As estratégias indutivas têm o objetivo de disciplinar, indicando à criança as consequências do seu comportamento, chamando à atenção para aspetos lógicos da situação. Estas estratégias propiciam compreensão das implicações e dos motivos que justificam a necessidade de mudança do comportamento. Assim, a criança desenvolve alguma autonomia para controlar o seu próprio comportamento. Por outro lado, as estratégias de força coerciva caracterizam-se pela aplicação direta da força e do poder, que incluem a punição física, privação de privilégios e de afeto ou uso de ameaças. Estas práticas produzem medo, raiva e ansiedade, que vão interferindo na capacidade da criança para ajustar o seu comportamento à situação. Assim sendo, este tipo de estratégias não favorecem a internalização das regras sociais e padrões morais (Hoffman, 1975).

Bornstein (1995) divide as práticas parentais em oito tipos:

1. Poder assertivo e controlo coercivo;

2. Rigor, controlo e consistência de disciplina – o segundo tipo de prática parental difere do primeiro, na medida em que o primeiro é mais extremo, disfuncional, menos consistente e mais exigente;
3. Indução e democracia - ambas requerem que os pais aceitem que a perspetiva dos filhos pode ser diferente da deles. A indução é uma tentativa dos pais para legitimar a sua autoridade e ajudar a criança a ver as situações da perspetiva dos mesmos. Uma educação democrática inclui práticas parentais que permitem que as crianças expressem as suas opiniões sobre situações familiares e que questionem a opinião dos pais. A medida em que os pais conseguem regular a quantidade de “dar e receber” entre eles e os filhos é uma tarefa importante durante a transição para a adolescência (Fuligni & Eccles, 1993 cit in Bornstein, 1995);
4. Monitorização, supervisão e envolvimento;
5. Afetividade, capacidade de resposta e aceitação;
6. Fornecimento de informação e desenvolvimento de competências - é certo que as crianças variam na medida em que estão abertas à informação e socialização (Darling & Steinberg, 1993 cit in Bornstein, 1995) e que tanto as crianças como os adolescentes são prováveis de imitar os comportamentos dos pais (Brooks-Gunn, 1993 cit in Bornstein, 1995);
7. Impedir e permitir o comportamento;
8. Conexidade e individualidade - A individualidade é definida em termos de assertividade, ter um ponto de vista e comunicá-lo corretamente e saber distinguir-se dos outros. A conexidade é definida em termos de permeabilidade, abertura ao ponto de vista das outras pessoas, mutualidade, sensibilidade e respeito pelo ponto de vista dos outros.

Em suma, os adolescentes demonstram resultados mais favoráveis quando os pais definem padrões para o comportamento, fazem cumprir regras e normas que não são exageradamente punitivas ou coercivas, providenciam disciplina consistente, explicam a sua assertividade, permitem o “dar e receber” entre eles durante uma discussão familiar, permanecem envolvidos na vida do adolescente e monitorizam o seu paradeiro sem serem demasiado protetores, providenciam um ambiente familiar que seja afetivo, responsivo e coesivo, providenciam informação e ajudam o adolescente no desenvolvimento de capacidades e encorajam a diferenciação ao permitirem que desenvolvam as suas próprias opiniões num ambiente familiar unido.

2.2 Estilos parentais

No que se refere aos estilos parentais, Darling e Steinberg (1993) defenderam que para que se entenda como é que estes influenciam o desenvolvimento dos filhos é necessário

distinguir três aspetos sobre a parentalidade: os objetivos para os quais a socialização incide; as práticas utilizadas de forma a ajudarem as crianças a atingirem esses objetivos; e o estilo parental em que a socialização ocorre. Os esforços para avaliar os estilos parentais focaram-se inicialmente em três componentes: a relação emocional entre os pais e os filhos; as práticas e os comportamentos dos pais; e os seus sistemas de crenças. Surgiram então vários modelos, baseados em diferentes perspetivas:

- a) O modelo psicodinâmico – os investigadores que trabalhavam a partir de uma perspetiva psicodinâmica concentraram-se na relação emocional entre os pais e filhos e a sua influência no desenvolvimento psicossocial, psicossocial e da personalidade. Os autores argumentaram que as diferenças individuais nas relações emocionais entre pais e filhos resultam das diferenças dos atributos parentais, focando-se nas atitudes dos mesmos. As atitudes ajudam a determinar as práticas, assim como os comportamentos mais subtils que dão significado às mesmas.
- b) O modelo de aprendizagem – uma vez que as diferenças no desenvolvimento das crianças deveriam refletir diferenças no ambiente de aprendizagem a que estão expostas, as medidas de estilos parentais foram concebidas de forma a capturar o padrão de comportamentos que definem esse ambiente.
- c) Dimensões de estilos parentais – vários foram os autores que surgiram com propostas de dimensões para descrever os estilos parentais em pesquisas empíricas sobre a socialização. Para Symonds (1929), as dimensões incluem aceitação/rejeição e dominância/submissão. Baldwin (1955) surge com a afetuosidade/hostilidade e desprendimento/envolvimento. Seas et al. (1957) sugere a afetuosidade e a permissividade/rigidez. Para Schaefer (1959) as dimensões consistem em amor/hostilidade e autonomia/controlo. E para Becker (1964), afetuosidade/hostilidade e restrição/permissão. A semelhança entre as dimensões propostas pelos vários autores é notória.

Existe uma variedade de formas de caracterizar o comportamento dos pais em relação aos filhos. Uma das mais importantes abordagens resulta do trabalho da psicóloga Diana Baumrind. De acordo com o seu trabalho, existem dois aspetos críticos no que toca ao comportamento parental em relação aos adolescentes: a capacidade de resposta e a exigência. A capacidade de resposta refere-se à forma como os pais respondem às necessidades dos filhos, de forma favorável. A exigência diz respeito à medida em que cada pai espera e exige maturidade e um comportamento responsável da parte dos filhos. Os pais variam nestas dimensões, alguns são mais carinhosos e outros não respondem às necessidades e rejeitam os filhos. Alguns são exigentes e têm expectativas elevadas em relação aos filhos e outros permissivos e exigem pouco.

Segundo Baumrind (1967, 1971), existem três tipos de estilo parental: o estilo permissivo, o estilo autoritário e o estilo democrático.

Os pais do tipo permissivo evitam exercer controlo e não encorajam a obediência a padrões externos, são aqueles que fazem poucas exigências. Quando estes pais pretendem o cumprimento de um objetivo tentam obter a cooperação da criança através do uso de explicações ou de manipulação, mas não do uso claro do poder que têm. Estes pais não se apresentam como um agente ativo da modificação de comportamento dos filhos, ou como um modelo, mas sim como um recurso que estes podem utilizar. Há algumas características que, de modo geral, estão presentes nestes pais, nomeadamente: o facto de agirem de forma aceitante, afirmativa e não punitiva no que respeita a desejos e ações dos seus filhos; o facto de não se assumirem como agentes ativos na modificação do comportamento dos filhos ou como um modelo, mas antes como um recurso disponível para satisfazer os seus impulsos, sendo que os baixos níveis de exigência que revelam falta de autocontrolo e de autoconfiança podem levar os filhos a sentirem-se excessivamente dependentes e sobreprotegidos; o facto de fazerem poucas exigências, proporcionando autonomia aos filhos para que tomem as suas próprias decisões; o facto de integrarem os filhos nas tomadas de decisão acerca da sua educação e darem explicações sobre as regras e normas estabelecidas no seio da família; a elevada tolerância e aceitação dos impulsos das crianças; o fornecimento excessivo de ajuda e de padrões irrealisticamente baixos; e a pouca estimulação da criança, o que faz com que esta não desenvolva capacidade que lhe permita funcionar de forma eficaz (Baumrind, 1967, 1971).

Os pais autoritários recorrem ao controlo tentando modelar o comportamento dos filhos de acordo com os seus padrões de conduta rígidos, inflexíveis e absolutos. Estes pais valorizam o respeito pela autoridade e pela ordem, as suas medidas para obter obediência são punitivas e não encorajam a troca de opiniões com os seus filhos, acreditando que as crianças/jovens devem aceitar a palavra dos pais como aquilo que está certo. Algumas das características associadas a este estilo parental são: a valorização da autoridade e da ordem, recorrendo a atitudes punitivas para controlar o comportamento dos filhos, assim como ter a sua obediência; a restrição da autonomia dos filhos, fomentando a importância de seguirem os valores e padrões da família; o não encorajamento dos filhos a tomarem uma posição sobre um determinado assunto nem a exprimirem-se, uma vez que a opinião dos pais deve ser aceite incontestavelmente; as exigências excessivas; a supressão de conflito; a recusa em ajudar; a monopolização do poder de decisão; e a valorização excessiva das regras e das normas. A comunicação pais-filhos é pautada por uma baixa responsividade e rejeição, não havendo

valorização do diálogo, devido ao elevado grau de exigência e controlo parental (Baumrind, 1967, 1971).

Os pais cujo estilo é democrático procuram estabelecer limites e regras de forma racional e orientada, valorizam tanto a obediência como a autonomia, o que faz com que exerçam um controlo consistente quando há divergências mas não imponham restrições excessivas não recorrendo a práticas punitivas exageradas, como no estilo autoritário. Estes pais encorajam a troca de ideias e, quando a criança se recusa a obedecer, solicitam que a criança lhes explique os seus motivos. São pais que privilegiam a autonomia dos seus filhos, de acordo com o seu nível de maturidade e responsabilidade, estabelecendo os limites para a gestão que estes podem fazer do seu espaço e das suas ações. Este estilo favorece a internalização das normas parentais, tendo em conta que a interação verbal é encorajada e os pais explicam as razões inerentes às regras e decisões. A comunicação pais-filhos é clara e aberta, baseando-se no respeito mútuo e é encorajada a tomada de decisões, solicitando a opinião dos filhos quando conveniente. Existe um ambiente familiar caloroso e estimulante, no qual os pais assumem uma postura de apoio face às necessidades dos filhos, com afeto. As principais características dos pais democráticos são: a exigência e o fornecimento de autonomia em níveis intermédios; a estimulação da comunicação verbal; o uso do poder mas não de forma punitiva e sim para chamar as crianças/jovens à razão; a responsividade, na medida em que são afetuosos, apoiantes e empenhados cognitivamente, proporcionando um ambiente estimulador e desafiante aos filhos (Baumrind, 1967, 1971).

Anos mais tarde, Maccoby e Martin (1983) analisaram os estilos parentais em termos do cruzamento das dimensões exigência e responsividade. A exigência parental inclui todas as atitudes dos pais que buscam de alguma forma controlar o comportamento dos filhos, impondo-lhes limites e estabelecendo regras, já a responsividade refere-se às atitudes compreensivas que os pais têm para com os filhos e que visam, através do apoio emocional e da bidirecionalidade na comunicação, favorecer o desenvolvimento da autonomia e da autoafirmação dos jovens.

Na sua pesquisa, mantiveram o estilo autoritário (pais muito exigentes e pouco responsivos) e o estilo democrático (elevada responsividade e exigência) propostos por Baumrind, ampliando o padrão permissivo em dois novos estilos: tolerante (nível alto de responsividade e baixo de exigência), caracterizado por reduzida utilização da punição, evitamento do exercício da autoridade, dificuldade de impor regras e restrições e em estabelecer limites, permitindo os pais que a criança regule o seu próprio comportamento e tome as suas próprias decisões; e negligente (níveis baixos de exigência e responsividade) caracterizando os pais como permissivos, prestam pouca atenção às regras que orientam o

comportamento da criança, fazem poucas exigências relativamente às responsabilidades e deveres das mesmas e mostram-se indiferentes face às necessidades das crianças e são emocionalmente desligados dos seus filhos (Maccoby & Martin, 1983).

Quando se trata de adolescentes, as tarefas dos pais alteram-se em vários aspetos, principalmente quando se trata de flexibilidade, responsabilidade e supervisão de responsabilidades. A parentalidade durante este período começa a ser menos dominada pela autoridade e poder parental. As mudanças nos objetivos e desafios são devidas a mudanças de desenvolvimento que ocorrem na criança durante a transição para a adolescência. Assim como os adolescentes experienciam mudanças intraindividuais nesta transição, também os pais as podem experienciar. Uma das maiores tarefas da parentalidade durante este período é a capacidade de resposta à necessidade que os adolescentes têm para o aumento da responsabilidade e tomadas de decisão no seio familiar mantendo ao mesmo tempo um nível elevado de coesão e afetividade no ambiente familiar (Bornstein, 1995).

3. Ruturas da Parentalidade e da Conjugalidade

A família é o primeiro contexto em que se enquadra a conjugalidade. Segundo Narciso (2001), esta é como que um puzzle e a escolha do cônjuge faz-se em função de um relacionamento com amor e afeto, baseado nas normas do amor romântico (Leal, 2005).

Segundo Sousa (2006), a conjugalidade refere-se à díade conjugal, ou seja, quando dois indivíduos se comprometem com uma relação estável e duradoura, complementam-se e adaptam-se de modo a constituir um modelo de funcionamento conjugal.

Quando a conjugalidade e a parentalidade se juntam é necessário haver uma reorganização intrafamiliar, interfamiliar e intersistémica, pois onde antes existiam apenas dois níveis, passam a existir três (Alarcão, 2002).

De Franck-Lynch defende a existência de três etapas do ciclo de vida do casal. O primeiro estágio, estágio da fusão, refere-se aos primeiros dez anos da relação conjugal. Aqui dá-se o equilíbrio entre a rede social, famílias de origem e outros sistemas de influência para o casal. Os primeiros três anos são os de maior conflitualidade devido às adaptações necessárias. Outras áreas importantes, como o nascimento dos filhos, podem servir como distratores da conflitualidade. Aos sete anos de relação, aproximadamente, a fusão torna-se mais definitiva, havendo uma partilha de poder e resolução de conflitos mais estruturada. Num segundo estágio, retorno ao “tu” e ao “eu”, compreendido entre os dez e os vinte anos, a relação é marcada pelo crescimento e independência dos filhos. Por fim, num terceiro estágio, empatia face à saída de casa dos filhos, existe a possibilidade de voltar à valorização e investimento da relação. Este estágio pode ser pautado por fatores como a reforma, os netos,

morte de amigos e familiares e com o receio da própria morte e/ou a do conjugue (Relvas, 1996).

Uma possível fonte de conflito entre os casais é o apoio que as famílias de origem dão, nomeadamente, quando há abusos de poder, choque entre modelos educativos, expectativas de apoio não cumpridas e deslocamento de outras problemáticas relacionais. A formação e a rutura da conjugalidade envolvem vários processos de interações entre os membros do casal, da família e do grupo social (Alarcão, 2002). Os padrões de relacionamento conjugal têm sido estudados a partir de indicadores de estabilidade, rutura, satisfação ou insatisfação (Neto & Féres-Carneiro, 2010).

É a partir de 1963/64 que, em todos os países da Europa, se nota um aumento das ruturas conjugais. Mas, se as separações aumentam, são acompanhadas frequentemente por novas uniões e, embora pareça haver uma certa diminuição de novos casamentos depois do divórcio, surgem cada vez mais famílias reconstituídas (Ribeiro et al., s/d).

Nas sociedades industrializadas, principalmente depois da 2ª Guerra Mundial, houve um aumento notável do número de divórcios e nem as mentalidades nem as instituições estavam preparadas para enfrentar todas as consequências e para participar construtivamente na estruturação de uma sociedade baseada numa unidade familiar diferente. Nos dias de hoje, o divórcio tornou-se um dado importante da nossa realidade social, sendo tão frequente que se tornou quase banal (Ribeiro et al., s/d). Segundo o INE (2014), a taxa bruta de divórcio em Portugal tem vindo a diminuir desde 2010, sendo que nesse ano a taxa rondava os 2,6%, baixando no ano seguinte para 2,5%, passando depois para 2,4% em 2012 e, por fim, a taxa do ano de 2013 foi de 2,2%.

Muitas são as causas do divórcio, desde incompatibilidades de toda a ordem, motivos exteriores ao casamento, motivações inconscientes, a proveniência de estratos socioeconómicos diferentes, a realização do casamento durante a adolescência, a existência de personalidade rígida num dos membros do casal, a falta de comunicação, a falta de capacidade para resolver problemas, a presença de expetativas irrealistas acerca do casamento, a não concretização de expetativas, o falecimento de um filho, a existência de um divórcio na geração anterior (Kaplan & Sadock, 1998, cit in Serra, 2007), a existência prévia de problemas graves de saúde física e psíquica (Serra, 2007), violência, problemas decorrentes do trabalho (Graaf & Kalmijn, 2006, cit in Martins, 2010), existência de relações extraconjugais, rotina quotidiana (Bodenmann et al., 2007, cit in Martins, 2010) e distância física devido à emigração (Amato & Previti, 2003).

As combinações são de tal forma diversas que é difícil por vezes aos próprios e aos técnicos reconhecerem os percursos que levaram o casal à separação. A estes tipos de motivos

associam-se as tendências de normalização do divórcio, a psychologização dos relacionamentos e a emancipação das mulheres. Assim como as causas, as consequências são também múltiplas e variadas: sociais, psicológicas, biológicas, económicas e jurídicas (Ribeiro et al., s/d).

A rutura conjugal não se trata de um processo simples e, como tal, surgem autores com diversos modelos descritivos deste processo. Peck e Manocherian (1995) sugerem que existem cinco fases inerentes ao divórcio:

1. A cognição individual - pelo menos um cônjuge está a considerar o divórcio e a iniciar o processo de separação emocional. Esta fase pode ser caracterizada por stresse, conflitos, acusações, desvalorização do parceiro, depressão, ansiedade e bivalência na decisão. Pode ainda ocorrer o envolvimento amoroso com outra pessoa.
2. Metacognição familiar - a decisão é revelada à família e quanto mais súbita e inesperada for, maior o impacto, sendo que muitos cônjuges não estão preparados para a situação e podem experienciar um forte sentimento de baixa autoestima, impotência e desespero. É um momento de grande sofrimento e pode ser mesmo o momento de maior desequilíbrio deste processo.
3. Separação propriamente dita - dependerá de como os membros da família lidaram com as fases anteriores. Alguns fatores psicossociais, antecedentes familiares e condições económicas e culturais podem minimizar ou piorar a situação. Alguns dos sentimentos experienciados nesta fase são a solidão, a perda, incompetência social e sexual, desamparo, falta de controlo sobre os eventos de vida, entre outros. O ajustamento ao divórcio torna-se mais rápido quando existe interação social.
4. Reorganização do sistema - consiste no processo de deixar claro quais são as novas fronteiras, isto é, é necessário reorganizar o funcionamento da família. Devem ser desenvolvidas novas regras e novos padrões, uma vez que os papéis, as fronteiras, a estrutura hierárquica, os hábitos e as rotinas mudaram. A continuação dos papéis de pais pode ser um forte fator de stresse e ser vivido com ambiguidade e tentativas de manipulação por parte do outro cônjuge.
5. Redefinição do sistema - a nova autodefinição da família. Tem início quando a família conseguiu resolver todas as situações inerentes às fases anteriores. Os papéis e as fronteiras são clarificados, todos os membros são incluídos e os pais vivem bem a parentalidade.

Como as condições em que cada divórcio e ausência do pai ou da mãe acontece varia de família para família, é difícil generalizar sobre os efeitos que podem surgir nos adolescentes. Para alguns, o divórcio pode trazer o fim da tensão e do conflito familiar, para outros pode ser um processo extremamente complicado (Steinberg, 1989). O facto de os

adolescentes terem uma maior capacidade de perceber as razões que levam ao divórcio do que as crianças, pelo facto de apresentarem uma maior maturidade cognitiva, pode levar os pais a depender dos próprios adolescentes para lhes darem suporte e conselhos, tendo como resultado o adolescente experienciar elevadas pressões e responsabilidades (Hartley, 1992 cit in Richardson & McCabe, 2001).

Estudos relativos ao divórcio indicam que este pode ter um impacto prejudicial no desenvolvimento dos adolescentes. Quando comparados com adolescentes de famílias intactas, estes apresentam menor satisfação com a vida, menor autoconceito, um elevado risco de experienciarem dificuldades nas relações, baixos níveis de intimidade com os pais e pares e um elevado risco de psicopatologia (Richardson & McCabe, 2001). Um estudo, realizado com o objetivo de explorar o bem-estar dos adolescentes em função do clima familiar (afeto negativo e nível de satisfação com a família) vs a estrutura familiar (família intacta, família monoparental, família reestruturada) e com uma amostra de 278 adolescentes com uma média de idades de 14.78 concluiu que o bem-estar não varia com a estrutura familiar, contudo, o clima familiar e o bem-estar estão significativamente relacionados. O estudo sugere que a atmosfera afetiva familiar tem mais importância do que quem está presente na família pois os participantes que vivem em família monoparentais não se encontram piores do que os participantes a serem criados por famílias intactas ou reestruturadas (Philip, 2012).

O divórcio afeta a relação do casal enquanto pais e na forma como cumprem as suas funções. A tomada de decisões em relação aos filhos, a cooperação na educação e o suporte no que toca ao papel que cada um desempenha não pode ser influenciado pelo facto de estarem divorciados e não viverem juntos. Tanto as mães como os pais têm que reconstruir o seu papel. Alguns casais divorciados estabelecem relações coparentais, outros entram em conflito em relação aos filhos e outros cortam as relações com o ex conjuge e ainda com os próprios filhos. No que toca ao cumprimento das funções parentais, encontram-se diferenças significativas entre mães e pais. A maioria das mães continua com as suas funções parentais anteriores ao divórcio, no caso dos pais, tanto se continuam a portar como portavam antes do divórcio como aumentam o seu envolvimento (Baum, 2003).

Françoise Dulto resumiu a realidade da separação: “nada permanece igual quando um pai ou uma mãe se vai embora”. Este pai, ou mãe, não parte simplesmente, leva consigo o sentido da parentalidade, durabilidade e permanência das coisas. Esta saída parece ser a consequência inevitável e lógica de uma longa crise conjugal, porém, os filhos não estão preparados para a separação dos pais, segundo o autor Joan Kelly (Ribeiro et al., s/d).

As ruturas da parentalidade podem ser uma consequência das ruturas da conjugalidade, contudo é necessário referir que esta relação não é obrigatória e que cada caso é um caso.

CAPÍTULO II
ADOLESCÊNCIA E
COMPORTAMENTOS TRANSGRESSIVOS

1. Adolescência

A palavra “adolescente” em latim significa “crescer”, indicando uma fase de mudanças (Silva, 2004). Globalmente, a adolescência representa uma fase temporária e transitória caracterizada por grandes mudanças que ocorrem a vários níveis, na passagem para a idade adulta (Rosenblum & Lewis, 2003).

O conceito de adolescência é relativamente recente, segundo Bracconien e Marcelli (2000), o conceito surgiu entre o século XVIII e XIX. No entanto, segundo Silva (2004), este período passou só a ser considerado diferente da idade adulta no século XX. Nas culturas industrializadas, os adultos começaram a levar em conta as necessidades e capacidades fisiológicas e psicológicas características da adolescência. Esta perceção deu-lhes a oportunidade de reconhecer um novo estágio de desenvolvimento humano e, na última metade do século XX, começou a assistir-se a algumas transformações no modo como os adolescentes eram tratados pela sociedade adulta (Sprinthall & Collins, 1999).

Sendo o período de transição entre a infância e a idade adulta, a dúvida que permanece é quando é que este tem início e quando é que termina, não existindo um consenso entre os vários autores. Para alguns, este período ocorre entre os 10 aos 19 anos, para outros inicia-se com 11 anos e para outros os seus limites situam-se entre os 12 e os 18 anos nas raparigas e entre os 14 e os 20 nos rapazes. A sua duração é função de alguns fatores, tais como o meio, a raça e o contexto social (Silva, 2004). Baumrind divide a adolescência em três fases: a fase inicial, entre os 10 e os 15 anos, a fase intermédia, entre os 15 e os 18 anos, e a fase final, que inicia com a finalização do ensino secundário e termina com a aquisição de um ou mais papéis específicos da idade adulta (Simões, 2007). Alguns sociólogos consideram que o final da adolescência está associado ao início da vida profissional e independência financeira (Bracconien & Marcelli, 2000).

A adolescência representa um período do desenvolvimento marcado por várias alterações e transições em diferentes níveis como por exemplo o plano biológico, cognitivo, social e emocional (Steinberg, 2001) e dos contextos ou domínios nos quais os sujeitos experienciam as exigências e as oportunidades que afetam o seu desenvolvimento psicológico. No desenvolvimento de competências sociais, além dos intercâmbios de comportamentos e afetividade, as práticas e valores parentais e o suporte cultural e socioeconómico da família têm sido reconhecidos como importantes fatores de competência social dos adolescentes (Silva, 2004).

O sujeito já não é uma criança mas ainda não é um adulto e desta ambiguidade resulta uma tomada de consciência de si mesmo, e dos outros, que se caracteriza pela rejeição aparente dos modelos da infância, os pais, e pela procura de novos modelos ou parceiros

(Fillioud, 1981). Durante a adolescência, os pais são objeto de duas necessidades contraditórias: a separação e a dependência. A separação resulta de um sentimento de revolta e decepção que afasta os adolescentes dos pais e os aproxima do grupo de pares ou de outros adultos significativos, que vão assumir um papel importante enquanto fonte alternativa de apoio e de modelo. A decepção está relacionada com o facto de os pais já não conseguirem satisfazer todas as necessidades do adolescente, o que faz com que este tenha de procurar no exterior parte dessa satisfação. Apesar do afastamento das figuras parentais, continua a existir não só uma ligação afetiva, mas também uma dependência, embora o adolescente tente esconder ou resistir a essa condição, o que pode estar na origem de alguns dos conflitos vivenciados nesta fase e de algumas condutas, como os comportamentos de oposição (Simões, 2007).

Segundo Hill (1980), a adolescência é encarada como um conjunto de mudanças primárias que operam através de certos contextos sociais de modo a produzir importantes mudanças secundárias no desenvolvimento. As mudanças primárias incluem: as alterações na definição social, isto é, nas expectativas que os outros formam em relação ao adolescente; as transformações físicas, que englobam a alteração do tamanho e forma do corpo, as quais provocam alguma dificuldade na autoimagem individual; e as mudanças cognitivas, que incluem a capacidade requerida pelos processos cada vez mais complexos e abrangentes de raciocínio. Estas mudanças ocorrem no seio de importantes contextos, como a família, o grupo de pares e o meio escolar. A interação entre as mudanças primárias e os contextos produzem as mudanças secundárias, tais como: a transformação das relações familiares; um aumento de autonomia individual; um forte sentido de identidade; uma alteração nas perspetivas de realização; e uma transformação no modo de encarar, em termos sociais e pessoais, a intimidade e sexualidade (Sprinthall & Collins, 1999).

As mudanças emocionais influenciam a forma como o adolescente se percebe, ou seja, o seu autoconceito e a sua independência (Simões, 2007; Steinberg, 2001). Estas mudanças englobam a procura da identidade e a conquista de autonomia. Durante este período, existe uma mudança do polo da dependência e proteção e o polo da independência e autonomia, caracterizado por contradições, confusões, ambivalências, conflito com os pais e com a função parental e de procura de identidade e autonomia. Verifica-se um movimento de autonomia em relação aos pais, passando a socialização secundária a ter um papel determinante na vida dos jovens (Sanches & Gouveia-Pereira, 2010). Neste período, as necessidades de vinculação não diminuem, simplesmente passam das figuras cuidadoras para os pares (Atger, 2002). Verifica-se também a necessidade de estabelecer os seus próprios

valores, construir a identidade pessoal e sexual e o desenvolvimento das capacidades e competências necessárias para se integrar na sociedade adulta (Rosenblum & Lewis, 2003).

A evolução psicológica do adolescente tem lugar em quatro áreas interligadas: a área emocional, sexual, intelectual e social, que englobam as alterações físicas, o estabelecimento de um novo tipo de relações, o aparecimento de um comportamento social responsável, a evolução para uma personalidade em equilíbrio com os valores éticos da cultura em que vive e a capacidade para orientar e planear atividades futuras (Silva, 2004).

Erikson sugere que o problema central do adolescente é a formação da identidade, processo fundamental em que os jovens alcançam uma compreensão clara e estável acerca do tipo de pessoas que são, quais as suas crenças e valores, assim como quais os seus projetos futuros (Weiner, 1995). A formação da identidade é encarada como um processo integrador das transformações pessoais, das exigências sociais e das expectativas em relação ao futuro (Sprinthall & Collins, 1994).

Segundo Erikson (1972), o Homem passa por oito crises psicossociais, onde a identidade é desenvolvida durante todo o ciclo vital, porém a adolescência é a etapa mais destacada, por se configurar como o momento em que o sujeito passa pela “crise de identidade” (Gatta et al., 2010), o que leva a que por diversas vezes os jovens se comportem de forma inconsistente e desajustada. Assim, Erikson afirma que os comportamentos desajustados e a aparente psicopatologia tornam-se características normativas do desenvolvimento de um adolescente (Weiner, 1995). O autor defende que a forma como nos vemos e como somos vistos pelos outros, constitui a base da personalidade adulta, e se esse alicerce for firme e forte, mais sólida é a identidade pessoal. Por outro lado, Erikson chama de “identidade difusa” uma busca constante do “eu” com sensação de alienação pessoal, impedindo uma estabilidade na personalidade (Sprinthall & Collins, 1994).

A adolescência é frequentemente caracterizada como um período de instabilidade e desorganização e a intensidade com que são sentidas, assim como as pressões e vulnerabilidades, influenciam a probabilidade de ocorrência de comportamentos de risco e de transgressão (Simões, 2007). Benavente (2002) vai mais longe afirmando que “a relação entre a adolescência e a transgressão pode ser considerada como obrigatória, sendo esta última, necessária para o desenvolvimento, para o crescimento e para o processo de aquisição de novas formas de socialização”. Contudo, inerente a este período, existem algumas particularidades que não são expectáveis que persistam (Rosenblum & Lewis, 2003), entre estas, realizar chamadas telefónicas anónimas, absentismo escolar, mentir, experimentar e consumir bebidas alcoólicas, fugir de casa, entre outros, que são condutas próprias de idades de descoberta (Negreiros, 2001).

Em particular na psicologia, têm emergido diversos trabalhos sobre as causas, manifestações, tendências e evolução deste fenómeno. Certos comportamentos como mentir ou faltar às aulas podem ser observados no curso do desenvolvimento normal de crianças e adolescentes, tornando-se importante verificar se são atos isolados ou se constituem um padrão, representando uma alteração significativa ao comportamento esperado para indivíduos do mesmo sexo e idade, em determinada cultura (Weiner, 1995).

Nos adolescentes, a raiva e a confusão que sentem podem levar a problemas nos relacionamentos, abuso de substâncias, baixo rendimento escolar, comportamentos sexuais de risco, depressão e comportamentos antissociais (Cohen, 2002).

2. Comportamentos transgressivos

2.1 Transgressão e Delinquência

Apesar de serem dois conceitos distintos, transgressão e delinquência, estes encontram-se sobrepostos na literatura, sendo frequentemente (mal) utilizados como sinónimos, sendo então necessário fazer uma distinção entre os termos e referir que na presente investigação será abordada apenas a transgressão.

Segundo Negreiros (2001), a transgressão na adolescência desempenha uma resposta adaptativa a circunstâncias contextuais, isto é, o adolescente evidencia um determinado controlo sobre as suas respostas desviantes, sendo que as apresenta apenas quando estas lhes são oportunas e benéficas para a sua adaptação. A delinquência encontra-se relacionada com a noção anteriormente descrita, porém, implica um contacto com a lei, isto é, é considerado delinquente quem executou atos punidos por lei e a quem foi aplicada uma condenação.

Para que a transgressão ocorra é então necessário a existência de normas e regras que são transgredidas. As normas sociais, segundo Cusson (2011), referem-se a regras de conduta criadas pela sociedade num determinado momento, cuja infração é suscetível de sanção. Esta, por sua vez, funciona como forma de fortalecimento das normas pois evitam que a transgressão seja esquecida e que os sujeitos adotem uma atitude passiva e de indiferença em relação a este comportamento. Simões (2007), apoiando-se numa perspetiva sociológica, refere que o desvio depende dos valores, normas, princípios éticos ou legais válidos na sociedade e na cultura na qual o indivíduo se insere.

A relação entre a adolescência e a transgressão pode ser considerada como obrigatória, sendo necessária para o desenvolvimento, para o crescimento e para o processo de aquisição de novas formas de socialização (Benavente, 2002).

2.2 Teorias da Transgressionalidade

Para uma melhor compreensão do tema em questão, torna-se pertinente uma breve revisão relativa a algumas teorias explicativas da transgressionalidade descritas por vários autores.

Segundo Durkheim, as sociedades são constituídas por indivíduos que apresentam algumas divergências no que toca ao coletivo social e, desta forma, surgem inevitavelmente comportamentos transgressivos. É aqui que surge o conceito de anomia, isto é, a deficiência de regulação social em organizar, articuladamente, uma cooperação entre funções especializadas. O autor procura explicar os laços existentes numa comunidade através dos termos “Anomia” e “Densidade Moral”. Este último termo é utilizado pelo autor para se referir à presença de valores e consequente estabelecimento de laços sociais. A “anomia” consiste no inverso. De acordo com o autor, a “anomia” ou ausência de normas numa sociedade está na base da ausência de coesão social (Cusson, 2006).

Mais tarde, Merton vem reestruturar a teoria sustentada por Durkheim, surgindo com um novo conceito de anomia, em que refere que esta é como um estado resultante das tensões produzidas pelos objetivos valorizados por certas culturas (Reines, 2007 cit in Nunes, 2010). O autor tentou explicar, através da sua teoria, as variantes do desvio entre diferentes sociedades e dentro das mesmas. Segundo o autor, o desvio resulta de um estado de tensão produzido pelos objetivos valorizados de certas culturas, ou seja, a anomia surge quando existem diferenças socioeconómicas vivenciadas por indivíduos de uma dada sociedade, provocando a revolta dos mais desfavorecidos contra os outros, optando por contrariar as normas sociais através da prática criminal com o intuito de adquirirem os mesmos benefícios das classes mais favorecidas da forma que mais lhes convém, não olhando a meios para atingir os fins desejados (Cusson, 2006; Nunes, 2010).

A Teoria da Subcultura Delinquente, de Cohen, surge com uma explicação relativa ao envolvimento dos jovens, de classes sociais desfavorecidas, em comportamentos delinquentes. Segundo o autor, este comportamento surge como uma resposta à frustração, uma vez que não conseguem atingir as metas que as classes sociais dominantes traçam. Desta forma, a subcultura delinquente existe por oferecer uma solução para os problemas com que se confrontam os mais desfavorecidos (Nunes, 2010).

Por outro lado, a Teoria do Laço Social de Hirschi, propõe uma classificação dos laços que ligam o indivíduo ao seu ambiente social, impedindo-o de desenvolver certos comportamentos (Born, 2005). O autor refere que a delinquência não pode ser explicada apenas pela pertença a uma subcultura. Quando os laços são praticamente inexistentes e a vinculação à sociedade é fraca, os jovens podem desenvolver uma maior predisposição para

este tipo de comportamentos. A consolidação dos laços sociais depende de quatro aspetos centrais do desenvolvimento: a vinculação, relacionando-se com o desenvolvimento da capacidade empática do sujeito; o empenho ou compromisso, na escola ou numa atividade profissional que dê motivos ao sujeito para evitar os comportamentos e capacidade para refletir sobre o comportamento e a adequação do mesmo no contexto em que está envolvido; o envolvimento, ou seja, um maior ou menor investimento feito pelo sujeito nas ações convencionais, sociais e culturais que lhe deixam pouco tempo para as atividades desviantes; e as crenças, que remetem para o facto de o sujeito acreditar nas normas e nas leis. A incursão na via transgressiva depende da adesão do adolescente às normas sociais e a credibilidade que lhes atribui. Quanto menor a vinculação às normas sociais e a vinculação às instituições convencionais, maior a probabilidade do surgimento desta conduta (Cusson, 2006).

Tarde defende que o comportamento não é determinado à nascença mas sim por imitação, surgindo assim a sua teoria. O autor distingue dois tipos, a imitação moda, que consiste na propagação de novos modelos de comportamento a partir de um primeiro exemplo e a imitação costume, que consiste na transmissão de tradições e técnicas do passado às novas gerações (Cusson, 2011).

Já a Teoria da Associação Diferencial de Sutherland e Cressey, refere que o comportamento é aprendido através de trocas interpessoais que se fazem ao longo da vida. Um sujeito torna-se delinquente quando tiver sido exposto mais frequentemente a interpretações desfavoráveis da lei. Apesar de exposto ao comportamento delinquente, que permite a aprendizagem de técnicas e a interiorização de atitudes, racionalizações e motivações, o indivíduo apenas se torna delinquente quando presencia mais frequentemente consequências positivas da infração da lei do que do seu cumprimento (Cusson, 2011).

Segundo a literatura, existe uma relação idade/crime. Os estudos revelam que existe uma ligação entre a idade e a prática criminal, comprovando que, à medida que a idade aumenta, há um abrandamento, ou abandono, da prática criminal. É na fase da adolescência que se verifica um acréscimo da conduta criminal, atingindo o seu pico pelos 17 anos, verificando-se em seguida um decréscimo na idade adulta (Negreiros, 2008). Este pensamento vai ao encontro do pensamento de Moffitt (1993), que defende a existência de dois tipos de comportamento antissocial, o comportamento antissocial persistente ao longo da vida e o comportamento antissocial limitado à adolescência.

O comportamento antissocial persistente ao longo da vida tem origem na infância e é caracterizado por uma grande estabilidade, tendo uma componente genética e afetando um número reduzido de sujeitos. Os indivíduos deste grupo são provenientes de contextos familiares adversos, apresentando desde cedo características temperamentais problemáticas

(e.g. inquietude, falta de atenção, negativismo e défices cognitivos, motores e linguísticos) e mais tarde apresentam dificuldades de leitura, agressividade, impulsividade e dificuldade nas relações sociais. Este tipo de comportamento tem início na infância e tende a persistir até à idade adulta.

O comportamento antissocial limitado à adolescência, surge ao longo da puberdade, quando o jovem se vê confrontado com as mudanças que lhe são inerentes, onde o seu papel social ainda está em fase de construção. Este tipo de comportamento é observado na maior parte dos adolescentes, podendo por isso considerar-se um fenómeno normativo. Na origem deste tipo de comportamento encontram-se fatores psicossociais, como o desfasamento entre a maturidade biológica e a falta de um estatuto social adequado, bem como a imitação dos colegas delinquentes.

2.3 Comportamentos antissociais

Os comportamentos transgressivos da adolescência abordados na presente investigação incluem os comportamentos antissociais e o consumo de substâncias, lícitas e ilícitas. Estes tipos de comportamentos são alvo de interesse de vários autores devido à sua prevalência durante a adolescência.

Os comportamentos antissociais podem ser definidos como um padrão de resposta cuja consequência é maximizar gratificações imediatas e evitar, ou neutralizar, as exigências do ambiente social. Este comportamento, circunscrito à adolescência, pode ser considerado estatisticamente normativo e interpretado como tentativa de expressão de autonomia (Benavente, 2002).

Correr riscos e testar limites são situações normais na vida de qualquer adolescente. A qualquer momento da vida qualquer pessoa faz algo que possa ser descrito como um comportamento antissocial. Contudo, para alguns adolescentes, este comportamento é mais do que uma situação específica da idade e pode trazer efeitos negativos a longo prazo. Pode também ser uma causa de distress no seio familiar, no grupo de pares e até mesmo na comunidade (APSA, 2006). Por vezes, estes comportamentos têm mesmo a intenção de causar impacto negativo nos outros, noutros casos trata-se só de comportamentos que estão fora de controlo.

O comportamento antissocial abrange uma variedade de situações, desde a violência física, roubo, ameaças, assaltos, fugir de casa, não ir à escola, vender drogas, entre outros. Segundo Hirschi, Hindelang e Weis (1981), a maioria dos comportamentos antissociais na adolescência inclui roubo, consumo de álcool, copiar nos testes e chegar tarde às aulas, uso de drogas, desafiar os pais, agressividade, baixa autoestima e baixo autoconceito (Ma, 1996). De

acordo com Formiga (2003), as condutas antissociais são aquelas que o jovem efetua sem ter qualquer consciencialização das normas que devem ser respeitadas, ou então, desvaloriza-as, ou seja, segundo o autor, são os comportamentos que não causam dano, mas que incomodam.

Este tipo de comportamento apresenta alguns padrões constantes, tais como a ocorrência na adolescência e o envolvimento maioritário dos jovens do sexo masculino. No que diz respeito à idade, os comportamentos tendem a ser praticados, tanto por rapazes, como por raparigas, até ao final da adolescência e na maioria dos casos cessam, havendo, no entanto, jovens que seguem para uma carreira delinquente (Formiga et al., 2008).

Algumas das explicações focam-se na estrutura e funcionalidade e estrutura da família, valores humanos e culturais, desenvolvimento moral, hábitos de lazer e estrutura e traços de personalidade (Formiga et al., 2008).

Segundo Patterson (1982), o comportamento antissocial é inicialmente aprendido na família e generalizado para as pessoas de fora, incluindo os pares e professores. O autor enfatiza dois processos: a aprendizagem por imitação direta do comportamento antissocial e as “armadilhas” de reforço a partir das quais o comportamento antissocial é compensado. No primeiro processo, estudos mostram que quando as crianças são expostas a modelos agressivos, a sua agressão vai aumentar e que o castigo físico dos pais muitas vezes serve como modelo para a futura agressão por parte da criança. No segundo processo, o comportamento prosocial é extinto ou castigado e existe um fracasso em extinguir o problema de comportamento (Dadds & Salman, 2003).

Como forma de explicar a estabilidade do comportamento antissocial e as modificações que acontecem ao longo do tempo, Patterson et al. (1992) elaboraram o Modelo da Coerção, este relaciona diversos fatores que contribuem para a evolução do comportamento e as suas características. O Modelo tem início na aprendizagem do padrão, que ocorre a partir da interação da criança com os pais, esta descobre que comportamentos como gritar, bater ou chorar têm efeito para evitar exigências ou produzir gratificações. Por outro lado, para os pais torna-se cada vez mais difícil lidar com uma criança com comportamento antissocial, acabando por permitir que fique mais tempo fora de casa, sem supervisão. Embora os estágios do Modelo da Coerção indiquem uma progressão, não significa que todas as crianças mantenham esse padrão comportamental durante o seu desenvolvimento (Pacheco, 2005).

De acordo com Rutter et al. (1998), pode ser identificada uma trajetória desenvolvimental relativamente ao comportamento antissocial, que é caracterizada primeiro na infância, pela irrequietude e impulsividade, por distúrbios de oposição ou por dificuldades

de aprendizagem, e na adolescência distinguem-se pelo insucesso escolar, consumo de drogas, problemas emocionais ou consumo de álcool (Fonseca, 2000).

2.4 Consumo de substâncias

As drogas têm acompanhado o percurso do Homem, sendo consumidas em diversos contextos, de várias formas e com diferentes objetivos. A droga atravessa a trajetória do processo histórico-cultural dos povos desde os tempos mais remotos, passando a assumir uma tripla dimensão: a de mercadoria, tornando-a objeto de relações jurídico-económicas e fiscais; a lúdica e terapêutica, funcionando como meio de desinibição de forma a fomentar o convívio social, e também como tratamento médico; e, por fim, a de objeto e causa de criminalidade (Poiars, 1999).

Droga consiste em toda a substância psicoativa, introduzida no organismo, que pode modificar uma ou mais funções do mesmo. É então necessário diferenciar o uso de drogas, o abuso e a dependência das mesmas. O uso de drogas entende-se como o consumo de uma substância que não produz consequências negativas para o sujeito. Este tipo de consumo é o mais habitual quando se usa uma droga de forma esporádica. O abuso de drogas dá-se quando há um uso continuado, apesar das consequências negativas. A dependência surge com o uso excessivo de uma substância que dá origem a consequências negativas significativas durante um grande período de tempo (Becoña, 2002).

As drogas abordadas e analisadas na presente investigação são o tabaco, o álcool e a cannabis.

O tabaco

O tabaco é um produto originário da América e que é consumido há milhares de anos. Começou por ser utilizado por motivos religiosos e de prazer, sendo introduzido na Europa por Cristóvão Colombo (Becoña et al., 1994 cit in Becoña, 2002). Apesar de esta substância ser legal, a partir dos dezoito anos, está associado a um nível elevado de dependência e mortalidade. A venda e o consumo de tabaco antes dos dezoito consistem numa transgressão, no entanto, em 80% dos casos, o consumo inicia-se na adolescência (Nunes, 2003).

Um aspeto importante relacionado com o consumo desta substância é o facto de a maioria dos fumadores iniciarem o consumo na adolescência, representando assim um período importante de vulnerabilidade para o início do consumo. Dadas as consequências adversas para a saúde resultantes deste consumo, a investigação dos fatores associados, em adolescentes, tem vindo a ser considerada uma prioridade (Nunes, 2004). Apesar dos malefícios que o hábito de fumar provoca, o tabaco é uma das drogas mais consumidas do

mundo. De acordo com Zhang (2000), fumar é usado como símbolo de independência e personalidade. A necessidade de ganhar aceitação social pelos amigos, que exercem pressão e influência, promove o início do consumo (Nunes, 2004).

O álcool

O aumento do consumo de álcool entre a população jovem é um problema transversal a toda a sociedade ocidental (Marques et al., 2013). Este está muito enraizado nos padrões culturais da sociedade e isto deve-se ao facto de ser uma substância elaborada e consumida desde há milhares de anos. Este tipo de droga cumpre muitas funções na sociedade, tais como psicotrópicas, terapêuticas, alimentares (como fonte de calorias), funções como mecanismo de coesão, integração e estruturação cultural, como mecanismo de adaptação a situações de mudança, como mecanismo de solução para o tempo livre social ou individual e como mecanismo quase insubstituível de socialização. Por estas razões, o álcool consome-se frequentemente, diária ou esporadicamente, podendo provocar problemas a nível físico, familiar, psicológico e social (Becoña, 2002). O consumo de álcool por parte dos jovens é preocupante, tendo em conta que se encontram em fase de maturação biológica, psicológica, social e cognitiva com reduzida capacidade de identificarem os efeitos tóxicos levando a um provável comprometimento do seu desenvolvimento. Nas últimas décadas, o consumo tem aumentado por parte desta população, assim como as quantidades ingeridas e a diversidade de bebidas (Cardoso de Sousa et al., 2008).

A cannabis

A cannabis é a droga ilegal mais consumida e este consumo não está extinto de problemas, sendo a maior preocupação com as repercussões que tem a banalização do uso desta droga pelos adolescentes (Bobes & Calafat, 2000 cit in Becoña, 2002).

Este tipo de droga é muitas vezes apelidada como “leve”, como se não tivesse efeitos negativos, e sendo aceite como um “mal menor” pela sociedade atual. Esta tem efeitos nocivos para a saúde física, como efeitos sobre a cognição, dilatação dos brônquios, taquicardia, desmaio, enfartes, efeitos sobre a testosterona e progesterona, sobre a conduta sexual e efeitos para a saúde mental, como ansiedade, pânico e episódios psicóticos. Consumida ocasionalmente e em doses moderadas, a substância leva à sedação e a uma ligeira alteração dos processos mentais, com morosidade na aprendizagem e com implicações a nível da memória de curto prazo (Becoña, 2002).

O consumo de drogas lícitas, como tabaco e o álcool, e ilícitas como a cannabis, é uma realidade crítica dos nossos dias e uma das transgressões mais comuns da adolescência, tratando-se de um fenómeno existente em diferentes países, culturas e classes sociais (Schenker & Minayo, 2005). O consumo de muitas das drogas encontra-se disseminado e vulgarizado e tem aumentado o número de adolescentes que desde cedo estabelece contacto com as substâncias e as utiliza por períodos cada vez mais prolongados de tempo. Ao longo dos percursos de consumo, alguns dos jovens tornam-se dependentes, enquanto outros conseguem enquadrar os consumos num estilo de vida compatível com a manutenção de diferentes atividades socialmente enquadradas, como a vida escolar, profissional e familiar (Jenkins, 2006).

O fenómeno do consumo remete para a diversidade de substâncias, dos seus efeitos e da forma como cada sujeito responde às propriedades químicas das mesmas e à quantidade ingerida. Nas últimas décadas, nas sociedades ocidentais, o fenómeno do consumo de drogas por parte da população jovem tem merecido uma atenção particular, conduzindo ao desenvolvimento de diferentes sistemas de monitorização, e permitindo, desta forma, uma análise detalhada ao nível nacional e internacional, no que toca à evolução da epidemiologia associada (Chitas, 2010).

Segundo o Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (SICAD), em 2011, 19% dos adolescentes com 16 anos já tinham consumido substâncias ilícitas pelo menos uma vez na vida e nos últimos 12 meses, 16% tinham consumido cannabis e 3% ecstasy. Em 2014, 49% dos jovens consideravam relativamente fácil ou muito fácil aceder a cannabis num período de 24 horas, assim como à cocaína (28%), ecstasy (26%) e heroína (24%). Relativamente ao álcool, em 2011, 74% dos jovens com 16 anos tinham consumido nos últimos 12 meses, assim como 29% se tinham encontrado em estado de embriaguez nos últimos 12 meses. Nos últimos 30 dias, 46% tinham consumido bebidas espirituosas, 40% consumiram cerveja, 25% consumiram alcoolpops e 19% consumiram vinho (SICAD, 2015).

O Observatório Europeu das Drogas e da Toxicodependência (OEDT) realizou um estudo em que o objetivo principal foi recolher dados comparáveis sobre o consumo de substâncias entre alunos europeus dos 15 aos 16 anos, a fim de acompanhar as tendências em cada um dos países e entre os mesmos. A amostra do estudo consistiu em mais de 100 000 alunos de 37 países europeus. Em relação ao consumo de cigarros, 54 % dos alunos dos países participantes referiram ter fumado pelo menos uma vez e 28% referiram tê-lo feito nos últimos 30 dias. 2% da totalidade dos alunos tinham fumado pelo menos um maço de cigarros por dia, nos últimos 30 dias. Relativamente ao álcool, pelo menos 70 % dos alunos ingeriram

álcool pelo menos uma vez ao longo da vida, sendo a média de 87 %. No que diz respeito às drogas ilícitas, globalmente, 29 % dos alunos dos países participantes referiu ser relativamente fácil ou muito fácil obter cannabis, já as anfetaminas e o ecstasy não são considerados tão fáceis de obter. De acordo com o inquérito de 2011, em média, 21 % dos rapazes e 15 % das raparigas experimentaram drogas ilícitas pelo menos uma vez ao longo da vida (OEDT, 2012).

Vinagre e Lima (2003), realizaram um estudo com uma amostra de 585 estudantes dos 10º, 11º e 12º ano de escolas secundárias públicas de Lisboa, através do preenchimento de um questionário que permite caracterizar a sua experiência de consumo assim como a estimativa de risco face a situações/cenários construídos para o efeito. Os resultados revelaram que os adolescentes que não consomem percecionam-se como mais suscetíveis às consequências negativas destes consumos quando comparados com os que têm essa experiência e quanto maior o seu envolvimento nos consumos menor a estimativa de risco, à exceção do tabaco que parece ser a substância mais ameaçadora, apesar de muitos continuarem a fumar. De forma geral, são as raparigas, os adolescentes mais novos e os que possuem menos experiência que apresentam maior perceção de risco. Comparativamente com outros estudos nacionais anteriores, os resultados mostram ainda que existe um aumento do consumo de tabaco principalmente nas raparigas, assim como o aumento de bebidas destiladas, em vez da cerveja, em ambos os sexos. As situações de embriaguez aumentaram, assim como aumentou o número de bebidas alcoólicas ingeridas. Assiste-se ainda a um aumento do consumo de drogas ilícitas com o predomínio da cannabis e seus derivados como marijuana e haxixe. Em suma, os consumos das várias substâncias iniciam-se cada vez mais cedo, assiste-se a um aumento com a idade e continuam a ser os rapazes quem mais consome, embora no que diz respeito ao tabaco os níveis de consumo se aproximem (Vinagre & Lima, 2003).

Chitas et al. (2014), numa investigação realizada no concelho de Vila Franca de Xira, com uma amostra representativa em meio escolar constituída por 724 alunos pertencentes ao ensino regular básico e secundário e profissional e 214 alunos pertencentes a cursos de Educação/ Formação evidência igualmente que o álcool é a substância mais consumida pelos jovens, encontrando-se este consumo bastante generalizado e com início por volta dos 13 anos. O tabaco é a segunda substância mais consumida, iniciando-se o seu consumo por volta dos 13,5 anos. De destacar que as raparigas apresentam prevalências de consumo de tabaco superiores aos rapazes. De acordo com os dados deste estudo, cerca de 15% dos rapazes e 13% das raparigas, no grupo etário dos 16-17 anos de idade, já tinham consumido haxixe pelo menos uma vez na vida. Este estudo veio igualmente realçar as diferenças significativas entre a prevalência do consumo das diferentes substâncias entre os alunos inseridos no ensino

regular e os alunos inseridos nas medidas alternativas de educação/formação, com um percurso de insucesso escolar. De salientar que à medida que o grau de perigosidade ou ilicitude das substâncias aumenta, acentuam-se as diferenças nos níveis de consumo entre os jovens do ensino regular e os jovens dos cursos de Educação/Formação, bem como as diferenças entre o sexo masculino e o sexo feminino.

As drogas legais correspondem às substâncias mais consumidas na adolescência, sendo este um período propício e de maior vulnerabilidade relativamente à experimentação e uso abusivo das mesmas. O lado negativo do desejo juvenil de obter prazer com o uso de drogas é o risco que se corre de se tornar dependente e comprometer a realização de tarefas normais do desenvolvimento, o cumprimento dos papéis sociais esperados, a aquisição de habilidades essenciais e a realização de um sentido de adequação e competência (Schenker & Minayo, 2005).

Vários são os fatores que podem levar os adolescentes a consumirem tabaco, álcool e cannabis, tais como a onnipotência, a busca de novas experiências, ser aceite pelo grupo, a independência, as influências sociais e do grupo de pares, conflitos psicossociais e existenciais, a facilidade de acesso, a permissividade, a falta de fiscalização e aspetos relacionados com a família, tais como estrutura, o apoio e as práticas e os estilos parentais. A família pode assim funcionar como um fator de proteção ou de risco, sendo que fatores como um bom suporte afetivo, uma boa supervisão e uma boa comunicação entre pais e filhos, parecem constituir alguns dos elementos chave ao nível da proteção no seio familiar e de um bom ajustamento (Schenker & Minayo, 2005).

2.5 Associação entre comportamentos antissociais e consumo de substâncias

Muitas investigações têm encontrado associações entre os comportamentos antissociais e o consumo de substâncias.

Jessor (1977) surgiu com um modelo explicativo relativamente à emergência dos comportamentos problema na adolescência (definido como aquele que se afasta das normas sociais e legais da sociedade e que é desaprovado pelas figuras de autoridade ou instituições convencionais), isto é, um modelo capaz de dar conta das influências psicológicas e sociais nos comportamentos de risco dos adolescentes, tendo como objetivo analisar o comportamento desviante em geral, centrando-se num primeiro momento, no consumo habitual de álcool.

No entanto, o modelo foi modificado e ampliado, quer nos esquemas conceptuais quer na construção empírica, com o objetivo de abranger outros tipos de comportamentos

problema: consumo de drogas, conduta delitiva, promiscuidade sexual, comportamentos antissociais, etc. (Jessor & Jessor, 1977).

Um princípio fundamental presente na teoria refere-se à necessidade de uma visão compreensiva do conceito de comportamento problema que remete para as funções sociopsicológicas comuns que poderão estar associadas a comportamentos como o consumo de drogas, a atividade sexual e os comportamentos antissociais. Esta ideia levou o autor a investigar sobre os padrões de associação entre estes comportamentos, tendo as conclusões apontado para uma associação entre os mesmos, a qual poderia ser explicada por uma “síndrome comum” de oposição aos comportamentos convencionais (Jessor & Jessor, 1977).

Chitas et al. (2014) e Negreiros (1998) concluíram igualmente acerca da associação positiva entre o consumo de tabaco, álcool e cannabis e medidas de comportamentos antissociais. O grau de envolvimento num determinado comportamento, como o consumo de substâncias, aparece igualmente relacionado com o grau de envolvimento em comportamentos antissociais.

Fonseca (2013) realizou um estudo que teve como objetivo examinar a relação longitudinal entre o consumo de droga e comportamentos antissociais durante a adolescência. A amostra consistiu em rapazes e raparigas, avaliados quatro vezes desde os 7/8 anos aos 17/18 anos de idade. Os resultados mostraram que o consumo de droga e os comportamentos antissociais estão fortemente associados durante toda a adolescência. Verificou-se também que o comportamento antissocial no início da adolescência predizia o consumo de droga aos 17/18 anos e que esse poder preditivo se mantinha (embora mais fraco) quando se controlava o efeito de outras variáveis, como o baixo autocontrolo. Por outro lado, o consumo de droga não era bom preditor do comportamento antissocial relativamente ao mesmo período.

Apesar destes resultados, a relação entre droga e os comportamentos antissociais é um fenómeno complexo, que pode ser afetado ou mesmo neutralizado por outras características do individuo, designadamente a presença de baixo autocontrolo ou o envolvimento precoce em comportamentos antissociais (Fonseca, 2013).

2.6 Fatores de risco e fatores de proteção

Tanto os comportamentos antissociais como o consumo de drogas estão vinculados a fatores de risco e a fatores de proteção, isto é, fatores que aumentam ou diminuem a probabilidade de aparecimento de certos comportamentos. No entanto, é necessário ter em conta que os fatores variam consoante a pessoa, isto é, o que para uns pode representar um risco, para outros não, bem como os fatores de proteção não são válidos da mesma forma para todos os sujeitos.

Os fatores de risco podem ser definidos como variáveis associadas a uma maior probabilidade de ocorrência de um determinado comportamento, podendo ser agrupados em fatores: individuais, familiares, escolares, grupo de pares ou meio habitacional (Howell, 2009). Mas, geralmente, estão combinados quando uma situação considerada social, intrapsíquica e biologicamente perigosa se concretiza, por exemplo, no caso do uso de substâncias. Ao fumar droga, o adolescente pode aumentar a probabilidade de desenvolver uma doença pulmonar, e também sofrer consequências psicossociais ou legais, conflitos com os pais, perda de interesse na escola ou culpa e ansiedade (Schenker & Minayo, 2005).

Rhodes et al. (2003), numa revisão da literatura, categorizaram alguns fatores de risco associados a comportamentos na adolescência em fatores intrapessoais, microambientais e macroambientais.

Relativamente aos fatores intrapessoais, estes prendem-se com a personalidade (prevalência elevada de morbilidade psiquiátrica entre os consumidores problemáticos, bem como de distúrbios da personalidade e da afetividade) e com fatores psicológicos, o uso de drogas aparece como resposta a um conjunto de problemas de desenvolvimento, encontrando-se associado a uma multiplicidade de atributos individuais que incluem passagem ao ato, agressão, alienação, raiva, ansiedade, extroversão, hiperatividade, impulsividade, independência, inibição, introversão, baixo autocontrolo, baixa autoestima, comportamento de oposição e procura de sensações. Rhodes et al. (2003) fazem também referência à teoria do comportamento problema de Jessor (1987) para aprofundar o conjunto de antecedentes comuns à delinquência e uso de drogas e reforçar a ideia de que este estaria associado a diferentes comportamentos problemáticos (crimes aquisitivos, indisciplina, exclusão da escola, violência e vandalismo).

Em relação aos fatores microambientais, foram referidos fatores relacionados com a estrutura e qualidade das relações familiares, onde se incluem o conflito familiar, a separação e o divórcio, bem como os padrões de comunicação (sobreproteção e ausência de suporte, ausência de intimidade e confiança e de relações cuidadoras) e o consumo de drogas pelos pais e a influência dos pares.

No que diz no que respeito aos fatores macroambientais, as principais variáveis mencionadas pelos autores são a privação social e económica associada aos fenómenos de pobreza, emprego indiferenciado e desemprego, baixos níveis educacionais, má qualidade das habitações e crime. Apesar destas relações se encontrarem largamente documentadas nos resultados de diferentes estudos empíricos os autores chamam à atenção para a questão dos fenómenos de difusão social inerentes à cultura do consumo de drogas.

Os fatores de proteção são entendidos como o oposto dos fatores de risco ou como variáveis moderadoras que reduzem os efeitos dos fatores de risco, sendo que assumem um papel facilitador no que toca à resiliência.

O desenvolvimento dos estudos sobre fatores protetores, tende, atualmente, a enfatizar o processo de formação da resiliência. Este conceito explica os resultados dos processos de desenvolvimento e vai além da tentativa de compreender as condições de vulnerabilidade das crianças, com um esforço para perceber o motivo pelo qual algumas crianças conseguem desenvolver respostas adaptativas, mesmo estando submetidas à influência de fatores de risco (Fraser, Richman & Galinsky, 1999). De acordo com a sua origem etimológica, resiliência quer dizer "saltar para trás". Segundo Garmezy (1993), por definição, a resiliência constitui uma qualidade elástica, que envolve a capacidade de distender sob o efeito do stress e depois voltar ao normal, podendo assim ser conceptualizada como um tipo de plasticidade ou flexibilidade. O conceito de resiliência inclui termos como invulnerabilidade, resistência ao stress, mestria, plasticidade e ajustamento pessoa/ambiente (Kaplan, 1998). Ainda segundo o autor, os objetos de estudo na resiliência dividem-se em três categorias: perturbações emocionais, problemas de comportamento e disfunções físicas.

Alguns autores identificaram três categorias de fatores de proteção em crianças e adolescentes resilientes, os fatores individuais, os fatores familiares e os fatores ambientais.

Relativamente aos fatores individuais, os autores referem-se ao temperamento que favorece o encarar do problema, à autoimagem positiva e à capacidade de criar e desenvolver estratégias ativas na forma de lidar com problemas. Esses fatores significam autoeficácia, autoconfiança, habilidades sociais e interpessoais, sentimentos de empatia, controlo emocional, humor e relacionamento com os pares, sendo que existem especificidades de género, de idade e de raça nas formas de demonstração da resiliência (Schenker & Minayo, 2005).

No caso do uso de drogas, os adolescentes que têm objetivos definidos e investem no futuro apresentam menor probabilidade de usar drogas, uma vez que o uso interfere com os seus planos (Kodjo & Klein, 2002 cit in Schenker & Minayo, 2005), assim como a elevada autoestima, os sentimentos de valor, orgulho, habilidade, respeito e satisfação com a vida podem servir de proteção quando combinada com outros fatores protetores do seu contexto de vida (Hoffmann & Cerbone, 2002 cit in Schenker & Minayo, 2005).

Os fatores familiares incluem o suporte, segurança, bom relacionamento e harmonia com os pais e no ambiente de relações primárias. O vínculo e a interação familiar saudável servem de base para o desenvolvimento pleno das potencialidades das crianças e dos

adolescentes, sendo que os padrões de relação familiar, a atitude e o comportamento dos pais e irmãos são modelos importantes para os adolescentes (Schenker & Minayo, 2005).

Por fim, os fatores ambientais, ou extra familiares, referem-se ao suporte de pessoas significativas e experiências escolares positivas. Os grupos de amigos com objetivos e expectativas de realização na vida e movimentos que levam ao protagonismo juvenil e à solidariedade têm papel fundamental numa etapa existencial em que as influências dos pares são cruciais. A escola é um poderoso agente de socialização da criança e do adolescente e pode ser um fator fundamental na potencialização de resiliência dos adolescentes uma vez que dispõe de fortes instrumentos de promoção da autoestima e do autodesenvolvimento (Schenker & Minayo, 2005).

Compreender a interação dos fatores de risco e dos fatores de proteção possibilita o planeamento de programas de intervenção focalizados em eliminar, reduzir ou mitigar os efeitos de determinados percursos e desenvolver competências pessoais e características do meio ambiente que reforcem a saúde mental dos adolescentes (Abraão, 1999).

CAPÍTULO III
IMPACTO DAS RUTURAS E DAS PRÁTICAS PARENTAIS NOS
COMPORTAMENTOS TRANSGRESSIVOS

1. Impacto das ruturas da parentalidade e da conjugalidade

O presente capítulo tenciona fazer uma revisão da literatura, fazendo referência a estudos relativos ao impacto que as ruturas da parentalidade e da conjugalidade, assim como as práticas e os estilos parentais, podem ter no comportamento dos adolescentes, mais especificamente no que toca à adoção de comportamentos antissociais e ao consumo de substâncias.

Como já foi referido anteriormente, a problemática das ruturas da parentalidade e da conjugalidade torna-se bastante pertinente quando se trata de adolescentes, uma vez que estes se encontram numa fase de transição das suas vidas, caracterizada por grandes mudanças que ocorrem a vários níveis (Rosenblum & Lewis, 2003), desta forma, os adolescentes podem ter bastante dificuldade em lidar com a situação das ruturas, sendo que o conflito familiar e a separação de um dos pais são problemas óbvios que têm de ser encarados.

Muitos trabalhos constataam que a estrutura familiar, as relações na família e as influências por esta exercida constituem fatores de risco para a incursão do jovem em comportamentos desviantes. As crianças e adolescentes que experienciam situações de transição familiar desgastantes, posteriores ao divórcio ou recasamento dos pais, são os mais suscetíveis aos desenvolvimentos de problemas de adaptação e desviância (Ferros, 2003). Os mecanismos que podem levar a que tal ocorra são baseados em três argumentos: dois pais providenciam melhor socialização e controlo da conduta dos adolescentes (Hoffman, 1995 cit in Arkes, 2013); o divórcio leva a relações pobres entre pais e filhos, o que leva os adolescentes a ficarem expostos a uma variedade de pares, incluindo consumidores de drogas (Amato & Keith, 1991 cit in Arkes, 2013); e, por fim, o uso de substâncias pode ser utilizado como mecanismo de coping para conseguir lidar com o conflito parental (Arkes, 2013).

No que se refere especificamente ao impacto do divórcio e da monoparentalidade no uso de drogas e noutros comportamentos desviantes na adolescência, Wells e Ranking (1991) conduziram uma meta-análise onde identificaram uma associação consistente entre a monoparentalidade e o comportamento transgressivo. No entanto, os autores chamam a atenção para o facto de esta associação poder ser influenciada por outros fatores, tais como o baixo estatuto económico, a instabilidade residencial e a agitação familiar. Rhodes et al. (2003), numa revisão dos estudos empíricos sobre os riscos ambientais associados ao consumo de drogas, refere, igualmente, os resultados de numerosas investigações que apontam para uma associação entre a iniciação ou o consumo regular de drogas, bem como os comportamentos transgressivos e as famílias não intactas ou em conflito familiar (MerinKangas, Rousaville, & Prusoff, 1992; RanKing, 1991; Ripple & Luthar, 1996; Siomsons & Robertson, 1989; cit. in Rhodes et al., 2003).

Resultados semelhantes têm sido encontrados em estudos mais recentes, os comportamentos transgressivos estão mais presentes em rapazes provenientes de famílias monoparentais, bem como a maior probabilidade de consumo de álcool em idades legalmente proibidas (Vanassche et al., 2014). A ausência do pai tem sido analisada como um potencial fator de risco para a delinquência juvenil nos rapazes, mais do que a figura materna.

Num outro estudo longitudinal norte-americano (Needle et al., 1990), com uma amostra de 1000 famílias durante um período de 5 anos, em que 13% das mesmas tinham experimentado uma situação de separação e divórcio, foi verificada uma relação destes fatores tanto com a iniciação no consumo de drogas, como com a transição para o consumo problemático entre os adolescentes do sexo masculino.

Algumas investigações referem que os riscos de abandono escolar, baixo rendimento académico, iniciação sexual precoce e gravidez na adolescência aparece associado com o residir apenas com um dos progenitores ou em famílias de recasamento. Os que vivem com as mães revelam menor número de condutas desviantes, quando comparados com aqueles que vivem apenas com o pai ou com o pai e a madrasta (Bianchi, 1995 cit in Ferros, 2003).

Nurco (1996), concluiu que existe uma associação positiva entre ausência de consumo de drogas e ter vivido com ambos os pais entre os 14 e 16 anos. O autor evidenciou ainda algumas características do funcionamento familiar ligadas à ausência do consumo de substâncias: forte vinculação ao pai; atmosfera positiva no lar; forte aceitação parental das crenças tradicionais do que deve ser o bom comportamento adolescente; e forte desaprovação parental dos comportamentos indesejáveis em que o adolescente incorra ou possa imaginar incorrer (Ferros, 2003).

Arkes (2013) realizou um estudo na Califórnia, com o objetivo de perceber se o uso de substâncias é afetado à medida que o divórcio se aproxima, isto é, se diminui, mantém ou aumenta à medida que o tempo passa após do divórcio. A amostra consistiu em 8984 participantes com idades compreendidas entre os 12 e os 17 anos. Os tipos de substâncias examinadas foram o álcool, o tabaco e a cannabis. O estudo concluiu que os jovens que provêm de famílias em fase de divórcio já estavam em risco de consumir álcool pelo menos 2 ou 4 anos antes do divórcio. Depois da separação, os jovens são mais prováveis de consumir álcool, cannabis e outro tipo de droga, com o efeito a persistir à medida que o tempo passa, quer isto dizer que os efeitos do processo do divórcio no consumo de substâncias não são temporários.

Por outro lado, um outro estudo, com o objetivo de analisar a relação entre a perceção sobre práticas educativas maternas e sobre as habilidades sociais dos adolescentes de diferentes configurações sociais familiares assim como a influência do género, concluiu que a

configuração familiar não exerceu influência nas práticas educativas maternas. Os adolescentes de famílias recasadas apresentaram mais habilidades sociais de abordagem afetiva que os adolescentes de famílias nucleares e monoparentais. O estudo sugere que as transições familiares não têm impacto negativo em várias dimensões do desenvolvimento saudável do adolescente (Lemo & Del Prette, 2013).

Apesar de termos visto o impacto negativo que o divórcio pode ter na vida dos adolescentes, é importante salientar algumas questões que o podem diminuir, sendo que nem todas as crianças e adolescentes sofrem danos decorrentes do divórcio.

De forma a minimizar o impacto deste processo, é necessário ouvir as crianças para que possam participar na tomada de decisões sobre o seu quotidiano. Esta noção tornou-se um princípio estabelecido no Direito da Criança em vários países, sendo reconhecida a sua importância particularmente no contexto de divórcio e conflito parental (Neale, 2002).

Alguma literatura mostra que a maioria das crianças com bons níveis de resiliência ultrapassa com facilidade o divórcio parental e que fatores individuais e ambientais foram identificados como fatores que protegem as crianças de resultados negativos a nível psicológico, social e académico e fomentam a sua resiliência ao enfrentar o processo de divórcio (Barnes, 1999).

Uma comunicação adequada e suficiente informação da decisão pode acalmar as dúvidas sobre responsabilidade na rutura conjugal dos pais bem como o sentimento de abandono. Após o divórcio, a consequência da ausência ou partida de um dos pais sem a guarda e as alterações relacionadas com a estrutura da família, muitas vezes não são discutidas com as crianças, especialmente nas situações em que o divórcio é um resultado da interação conflituosa ou devido a relações extraconjugais (Chen & George, 2005). Quando os membros da família demonstram cordialidade, harmonia e coesão uns com os outros, a adaptação é mais facilitada (Hetherington, 1989 cit in Johnson et al., 2001), os filhos de pais divorciados poderão ter um bom ajustamento quando o divórcio puder parar os conflitos entre os cônjuges e o progenitor que detiver a guarda das crianças for capaz de proporcionar um ambiente adequado. O ingrediente principal para o ajustamento emocional das crianças parece ser o apoio de um adulto competente, que é capaz de oferecer carinho e sensibilidade protegendo contra os efeitos prejudiciais do divórcio (Greene et al., 2003).

Verifica-se que quase todas as crianças que passaram de forma ajustada pela experiência de divórcio tinham o apoio de adultos envolvidos nas suas vidas, geralmente um dos pais, mas às vezes um familiar, um professor, ou um vizinho. A escola, nas relações com os seus pares, tem uma influência fulcral para um adequado ajustamento ao divórcio (Hetherington, 2003).

Visto que é cada vez mais comum a inserção dos adolescentes numa configuração familiar diferente da formada por pai, mãe e filho é importante estudar o impacto da diversidade familiar sobre o desenvolvimento e competência dos adolescentes, assim como também é importante a existência de dispositivos que ajudem os pais a nível da mediação para resolução das suas divergências, conflitos e ruturas familiares. É o caso do Sistema de Mediação Familiar (SMF), serviço promovido pelo Ministério da Justiça.

O SMF tem competência para mediar litígios surgidos nos casos de separação e divórcio, no estabelecimento da regulação, alteração ou incumprimento das responsabilidades parentais ou na definição do destino da casa de morada da família, por exemplo nas situações de casais em rutura que através de um acordo poderão viabilizar um divórcio por mútuo consentimento, ou de pais em situação de separação que possam garantir que após o divórcio ambos continuarão igualmente presentes na vida dos filhos.

É a este nível que o papel do psicólogo forense e da exclusão social se torna pertinente, na medida em que pode promover o bom funcionamento familiar e na medida em que pode realizar acompanhamento dos adolescentes que não consigam lidar com as mudanças a que foram sujeitos, com a nova configuração familiar e que incorram em comportamentos transgressivos.

2. Impacto das práticas e dos estilos parentais

A família tem um papel fundamental no desenvolvimento global das crianças e dos adolescentes e pode funcionar como um fator de proteção ou de risco. Vários autores referem que um bom suporte afetivo, uma boa supervisão e uma boa comunicação entre pais e filhos constituem elementos chave de um bom ajustamento ao nível das diferentes áreas de vida do adolescente, assim como sugerem também que alguns jovens com mais dificuldades no contexto familiar apresentam mais frequentemente sintomas de mal-estar psicológico que, por sua vez, constituem um dos fatores do consumo de substâncias, uma vez que existe a expectativa de que as mesmas aliviam o stresse (Simões et al., 2006).

Desta forma, as práticas parentais pobres aparecem associadas a elevadas taxas de consumo de substâncias, elevados níveis de delinquência e agressão, assim como a pobre comunicação entre pais e filhos (Macauley et al., 2005).

Ferreira (1997) refere que as pesquisas sugerem que a utilização de estratégias coercivas estão positivamente associadas aos comportamentos desviantes de crianças e jovens, fazendo sentido uma modificação na abordagem educativa na tentativa de diminuir estes comportamentos (Benavente, 2002). Estudos demonstram que altos níveis de controlo autoritário e de punição dura estão relacionados com altos níveis de comportamento

antissocial, apesar dos tamanhos dos efeitos variarem substancialmente entre estudos. Vários teóricos sugerem que estas práticas podem produzir défices socioemocionais ou sociopsicológicos (como raiva, baixo autocontrolo) (Farrington, 1989; Farrington, et al., 2003, cit. in Loeber e Stouthamer-Loeber, 1986). Adolescentes com famílias hostis e distantes são mais prováveis de desenvolverem problemas relacionados com o abuso de substâncias do que outros que tenham nascido num bom ambiente familiar (Steinberg, 1989).

Um estudo com 129 estudantes teve como objetivo testar a relação entre as práticas parentais e o uso de drogas e compreender de que forma é que o conhecimento sobre drogas e as normas percebidas podem mediar esta relação. Os resultados mostraram que práticas eficazes têm um efeito de proteção em termos de diminuir o uso de drogas. A disciplina e a comunicação desempenham um importante papel (Macaulay et al., 2005).

No que toca às práticas parentais referidas por Bornstein (1995), mencionadas no primeiro capítulo da presente dissertação, é possível observar que impacto é que algumas destas práticas têm no comportamento do jovem.

Relativamente ao poder assertivo e controlo coercivo: as práticas disciplinares despropositadas, que envolvem castigos extremos e a falta de arcar com as consequências, são fatores associados ao comportamento antissocial nas crianças. O castigo parece inibir comportamentos negativos em crianças sem dificuldades de ajustamento mas têm efeito negativo em crianças com comportamentos antissociais. Técnicas de poder assertivo estão associadas a problemas de conduta e estes efeitos tendem a persistir na adolescência (Bornstein, 1995).

Relativamente à monitorização, supervisão e envolvimento, segundo vários autores, o facto de os pais conseguirem ou não estar envolvidos na vida dos adolescentes, conhecerem os seus amigos, saberem onde passam o seu quotidiano, estarem a par da sua vida escolar, parece ter implicações significativas para o desenvolvimento mais harmonioso dos adolescentes. Segundo Huebner & Howeel (2003), a monitorização parental aparece associada a menores comportamentos de risco e menores problemas de saúde mental. No mesmo sentido vão os resultados obtidos num estudo desenvolvido por Borawski e seus colaboradores (2003), onde se observou que a monitorização parental associada à confiança, bem como à supervisão, surge como fator de proteção nos comportamentos de risco na adolescência. Num outro estudo desenvolvido por Rai et al. (2003) com 1279 jovens com idades compreendidas entre os 13 e 16 anos observou-se, igualmente, que a monitorização parental tem um papel protetor no consumo de substâncias e nos comportamentos sexuais de risco. Nos estudos desenvolvidos por Van Der Vorst et al. (2005; 2006) observou-se que o consumo de álcool nos adolescentes está inversamente associado à monitorização parental. O

mesmo foi constatado num estudo desenvolvido por Miller e Plant (2010) com uma amostra constituída por 2179 adolescentes com 15 e 16 anos. Chitas (2010) no estudo realizado com uma amostra representativa de jovens (n= 1040) do Concelho de Vila Franca de Xira também refere que a monitorização é das dimensões das práticas parentais mais salientes e que mais impacto tem no consumo de drogas e nos comportamentos antissociais.

Apesar das pesquisas e dos estudos realizados sugerirem que elevados níveis de envolvimento e supervisão são benéficos para o desenvolvimento dos filhos, alguns autores referem que os pais podem tornar-se demasiado envolvidos, sendo necessário haver alterações no grau e na natureza da supervisão à medida que a criança transita para a adolescência (Bornstein. 1995).

Em relação à afetividade, capacidade de resposta e aceitação: apesar de não haver um consenso entre os autores sobre a definição de vários construtos de afetividade, estes estão associados a uma variedade de ajustamentos positivos na adolescência e a uma melhor comunicação pais-adolescente, assim como a níveis baixos de depressão, ansiedade e problemas de comportamento (Bornstein. 1995).

No que se refere ao fornecimento de informação e desenvolvimento de competências: a forma como os pais resolvem os conflitos e as suas capacidades de negociação podem ter impacto na habilidade do adolescente em adquirir estas mesmas capacidades. Os esforços e os modelos de socialização parentais parecem ter também um impacto em comportamentos tão diferentes como nos resultados académicos e na promoção de saúde (Bornstein. 1995).

Relativamente aos estilos parentais, durante anos foram realizados vários estudos com o objetivo de examinar os resultados das crianças e dos adolescentes relativamente a diferentes níveis de exigência e capacidade de resposta parental. As pesquisas com crianças sugerem que aqueles que foram expostos a uma educação democrática são classificados como mais competentes e com níveis mais elevados de autoestima, desenvolvimento moral, controlo de impulsos e sentimentos de independência do que as crianças criadas noutro tipo de ambiente. Os resultados das pesquisas com adolescentes são muito similares. Steinberg e os seus colegas realizaram questionários de autorresposta baseados nas tipologias dos autores Maccoby e Martin (1983). O autor descobriu que quando estão em falta um ou mais componentes democráticos, podem ocorrer situações desfavoráveis.

Os adolescentes de famílias autoritárias mostram níveis mais elevados de obediência mas mais baixos de autocompetência, os adolescentes de famílias tolerantes são confiantes mas mostram níveis elevados de uso de substâncias e dificuldades na escola, e os adolescentes de famílias negligentes evidenciam baixos níveis de competência e altos níveis de problemas comportamentais (Bornstein, 1995).

Os adolescentes criados em famílias democráticas são psicologicamente mais competentes que os pares que tenham sido criados em famílias autoritárias, permissivas ou negligentes. São mais responsáveis, seguros, adaptados, criativos, curiosos e com competências sociais. Adolescentes criados em famílias autoritárias são mais dependentes, mais passivos, menos socialmente adaptados, menos seguros e menos curiosos. Já nas famílias permissivas, são mais imaturos, mais irresponsáveis, conformam-se mais facilmente com o seu grupo de pares e são menos capazes de assumir papéis de liderança. Adolescentes criados em famílias negligentes são impulsivos e têm mais probabilidade de se envolverem em comportamentos delinquentes e de experimentarem drogas e álcool mais cedo, assim como relações sexuais. No geral, esta falta de resposta por parte dos pais tende a ser pior nas raparigas, enquanto que a falta de exigência tende a ser pior nos rapazes (Steinberg, 1989).

Dornbush, Mounts, Darling, Lamborn e Steinberg (1994), realizaram um estudo longitudinal, com uma amostra multiétnica de 4000 estudantes entre os 14 e os 18 anos de idade, no qual os estilos parentais foram relacionados com diferentes medidas de desenvolvimento psicológico (competências sociais, autoconfiança, orientação para o trabalho e competências escolares), realização escolar (competência académica e orientação para a escola), problemas de comportamento (consumo de álcool e drogas, comportamentos de indisciplina na escola e delinquência) e ainda problemas associados à internalização do sofrimento (depressão e tentativas de suicídio). Os resultados evidenciaram as vantagens do estilo democrático em todas as medidas de competência emocional, competência académica, internalização do sofrimento e problemas de comportamento. Relativamente às famílias com um estilo autoritário, foi verificado um padrão de evolução semelhante, à exceção de que nos adolescentes filhos de pais democráticos, os défices de autoconfiança eram minimizados ao longo do tempo, passando-se o inverso com os adolescentes filhos de pais com um estilo autoritário.

Os adolescentes provenientes de famílias permissivas apresentavam um perfil psicológico e comportamental misto. Por um lado, os resultados transversais revelaram bons níveis de ajustamento socio-emocional, ainda que estes adolescentes se revelassem mais orientados para a relação com os pares, e para as atividades sociais valorizadas pelos mesmos. Por outro lado, após um ano, verificou-se que estes adolescentes, embora aumentassem os níveis de autoconceito académico e manifestassem menos perturbações somáticas, revelavam igualmente níveis mais baixos de orientação para as tarefas escolares e um aumento significativo dos problemas de indisciplina. Por último, os adolescentes provenientes das famílias negligentes revelavam desvantagens em todas as medidas de ajustamento socioemocional e manifestavam uma taxa superior de problemas de comportamento. Os

resultados revelaram ainda um declínio dos índices de desenvolvimento psicológico, com particular ênfase para a orientação para o trabalho e para o aumento dos níveis de delinquência, uso de álcool e outras drogas.

CAPÍTULO IV

METODOLOGIA

Metodologia

1. Objetivo do estudo

O objetivo da presente investigação é perceber em que medida é que as ruturas da parentalidade e da conjugalidade e as práticas parentais influenciam os comportamentos transgressivos dos adolescentes, abordando as diferenças entre as famílias intactas e não intactas em relação a este tipo de comportamentos.

2. Amostra

A amostra consistiu em 109 adolescentes pertencentes ao 3º ciclo do ensino básico e ao ensino secundário do Agrupamento de Escolas de Cascais. Excluindo os questionários incorretamente preenchidos ou com “não respostas” a questões cruciais, obtiveram-se 97 questionários válidos, 61 pertencentes ao sexo feminino (62.9%) e 36 pertencentes ao sexo masculino (37.1%), compreendendo uma média de idades de 15.62 anos (DP =1.98).

Dos 97 alunos, 89 são caucasianos (91.8%), 5 são africanos (5.2%) e 3 pertencem a outros grupos étnicos (3.1%). Relativamente ao percurso escolar, 29 ficaram retidos (29.9%), sendo que 17 ficaram retidos apenas uma vez (17.5%), 11 ficaram retidos duas vezes (11.3%) e apenas 1 ficou retido três vezes (1%), sendo o número médio de retenções de 1.45 (DP= 0.572).

3. Procedimento

A recolha da amostra foi realizada no Agrupamento de Escolas de Cascais e, para tal, foi necessário realizar um pedido ao diretor do Agrupamento, sendo este aprovado em Conselho Pedagógico. Uma vez que a maioria da amostra é menor de idade, foi necessário elaborar e entregar um pedido de autorização aos Encarregados de Educação dos alunos (ver anexo I).

Após a receção das autorizações e estabelecimento das datas de aplicação dos questionários com os professores de cada turma, estes foram preenchidos pelos alunos, nas salas de aula, nos tempos letivos. Os sujeitos foram informados de que a sua participação era voluntária, tendo a possibilidade de negar a participação ou de se retirar do estudo, a qualquer momento, e que os dados recolhidos seriam anónimos.

Os questionários foram preenchidos pelos alunos entre o dia 13 de maio e o dia 6 de junho de 2015. Após a recolha, os dados foram posteriormente analisados no programa de análise estatística *IBM SPSS Statistics 23*.

4. Instrumentos

O questionário encontra-se dividido em três partes: dados sociodemográficos; práticas parentais e comportamentos transgressivos.

Dados Demográficos

Foi elaborado um conjunto de 20 questões relativas aos dados sociodemográficos do adolescente e dos seus pais e/ou encarregados de educação, e relativas à situação familiar e à parentalidade.

Práticas Parentais

Na avaliação das práticas parentais, foram utilizadas três escalas, nomeadamente:

Escala de Monitorização - Parental Monitoring Scale (PMS)

De autoria de Small, B. (1993), a presente escala permite avaliar a medida em que os pais sabem o paradeiro dos seus filhos, à noite e depois do final das aulas. A escala está disponível na sua versão original no *Handbook of Family Measure Techniques* (Permultter, Touliatos & Holden, 2001, p.296);

Trata-se de uma medida de autorresposta, constituída por 9 itens. A medição deste instrumento é feita através de uma escala de Likert de cinco pontos em que 0 corresponde a “Nunca”, 1 corresponde a “Raramente”, 2 corresponde a “Às vezes”, 3 corresponde a “A maioria das vezes”, 4 corresponde a “Sempre”.

Escala de Envolvimento e Estilo Parental - Parenting Style and Parental Involvement (PSPI)

O autor da presente escala é Paulson, S. E. (1991), e tem o objetivo de avaliar a percepção dos jovens em relação ao estilo parental. Na sua versão original, é agrupada em três secções: Escala de Exigência (Demandingness Scale), composta por 15 itens; Escala de Capacidade de Resposta (Responsiveness Scale), composta por 15 itens; e Escala de Envolvimento Parental (Parental Involvement Scale), composta por 22 itens, avaliando separadamente o pai e a mãe, perfazendo um total de 52 itens. Esta encontra-se disponível na íntegra no *Handbook of Family Measure Techniques* (Permultter, Touliatos & Holden, 2001, p. 316-318).

Na presente investigação foram utilizadas apenas a Escala de Exigência e a Escala de Envolvimento Parental, avaliando os dois pais em conjunto. Trata-se de uma medida de autorresposta, constituída por 37 itens. A medição deste instrumento é feita através de uma

escala de Likert de cinco pontos em que 1 corresponde a “Nada parecido”, 2 a “Pouco parecido”, 3 a “Mais ou menos parecido”, 4 a “Parecido” e 5 a “Muito parecido”.

Escala de Suporte Parental - Parenting Support (PS)

A escala é de autoria de Bowen, G.L. & Richman J. M. (2000) e encontra-se disponível no *Handbook of Family Measure Tehniques* (Permultter, Touliatos & Holden, 2001, p.322).

É uma medida de autorresposta, constituída por 19 itens e a sua medição é feita através de uma escala de Likert de três pontos em que 1 corresponde a “Nunca”, 2 a “Às vezes” e 3 a “Com frequência”.

Comportamentos transgressivos na adolescência

De forma a avaliar o consumo de substâncias, foi elaborada uma questão referente à frequência dos consumos de tabaco, álcool, cannabis, anfetaminas e outras, sendo as possíveis respostas: Nenhuma vez; 1-12 vezes ao longo da vida; 1-12 vezes no último ano; 1-3 vezes no último mês; 1-3 vezes por semana; Todos os dias. E uma outra questão relativa à idade do início do consumo das drogas mencionadas.

Para avaliar os comportamentos antissociais, foram utilizados 26 itens que estão incluídos na escala sobre comportamentos antissociais utilizada por Chitas (2010), que resulta de uma adaptação de um conjunto de itens selecionados a partir de diferentes estudos (Hawkins, 1988; Jessor, Donovan & Costa, 1989; Johnston, 1989, in Chitas, 2010)

Os itens são referentes a diferentes tipos de comportamentos antissociais e, tendo por referência os resultados do estudo realizado por Chitas (2010), foram consideradas três dimensões: delinquência violenta, que inclui as lutas de gangs, agressões físicas a outra pessoa ao ponto da mesma necessitar de tratamento médico, uso de armas para ameaçar ou agredir alguém; crimes contra a propriedade, que incluem forçar a entrada numa propriedade alheia, incendiar carros, danificar imóveis, equipamentos e materiais, furtar artigos em lojas; e a indisciplina, que engloba um conjunto de problemas na escola ou em casa, nomeadamente, faltar as aulas, suspensão ou expulsão da escola, fugas de casa, ficar uma noite fora de casa sem autorização da família.

Resultados

1. Separação e divórcio

No que diz respeito à situação conjugal dos pais, 60 alunos referem que os pais vivem juntos (61,9%) e 37 alunos referem que os pais estão separados (38,1%).

Relativamente a com quem vivem, 22 alunos vivem apenas com a mãe, 13 vivem com a mãe o padrasto, 4 vivem com o pai e a madrasta e apenas 1 aluno vive só com o pai. Esta situação vem dar ênfase ao facto de o poder paternal ser geralmente atribuído à mãe.

Os alunos cujos pais estão juntos classificam como boa a relação com a mãe ($M=4,57$; $DP= 0,76$) e com o pai ($M= 4,48$; $DP= 0,79$). Os alunos cujos pais estão separados referem que, antes da separação, a relação com a mãe era boa ($M= 4,31$; $DP= 0,93$), assim como com o pai ($M= 4,03$; $DP= 1,14$), verificando-se que após a separação, a relação com a mãe se manteve boa ($M= 4,31$; $DP= 0,93$) e que a relação com o pai alterou ligeiramente, passando para uma relação média ($M= 3,43$; $DP= 1,14$).

Após a separação, 7 alunos não mantêm qualquer contacto com o progenitor com quem não vivem (19,4%) e 29 (80,6%) mantêm o contacto, sendo que 17 alunos (53,1%) referem ver o progenitor apenas uma vez por mês ou menos, 5 referem que vêem o progenitor de 15 em 15 dias (15,6%), 5 referem que o vêem algumas vezes por semana (16,5%) e 4 apenas aos fins-de-semana (12,5%).

A ausência de contacto com um dos progenitores pode tornar-se prejudicial para o desenvolvimento saudável do adolescente, principalmente no caso dos rapazes quando existe uma rutura do contacto com o pai levando a uma degradação da relação.

Relativamente às discussões após a separação, 37% da amostra refere que estas se mantiveram e 37% refere que não se mantiveram, sendo que 12 alunos referem não saber a razão das discussões (35,3%) e 11 alunos (32,4%) referem que a causa é a má relação entre os pais.

2. Práticas parentais

No que respeita à avaliação das práticas parentais, foram concebidas, como indicadores de medida, as médias de resposta de cada aluno para cada uma das dimensões das escalas.

No que toca à PMS, o sexo feminino apresenta valores mais elevados de resposta ($M= 3,22$; $DP= 0,51$) do que o sexo masculino. Este valor de média corresponde ao item de resposta “A maioria das vezes”. Não havendo, no entanto, diferenças significativas ($t(90)= -1,65$; $p= ,102$).

A PSPI está dividida em duas escalas distintas, Escala de Exigência (PSPI Exigência) e Escala de Envolvimento Parental (PSPI Envolvimento Parental). Tanto uma escala como outra apresentam valores mais elevados no sexo masculino ($M= 3,23$; $DP= 0,31$ e $M= 3,54$; $DP= 0,49$ respetivamente). A este valor corresponde o item de resposta “Mais ou menos parecido”. Contudo não se verificam diferenças significativas entre os sexos nem na PSPI Exigência ($t(94)= 1,39$; $p= ,166$), nem na PSPI Envolvimento Parental ($t(86)= 0,97$; $p= ,923$).

Em relação à PS, o sexo feminino apresenta valores mais elevados ($M= 2,70$; $DP= 0,34$), correspondendo ao item “Às vezes”, aproximando-se do item “Com frequência”. Todavia não existem diferenças significativas entre sexos ($t(94)= -1,33$; $p= ,187$) (ver tabela 1).

Tabela 1: *Práticas parentais por sexos*

	<i>Masculino</i>		<i>Feminino</i>		<i>Sig.</i>
	<i>N</i>	<i>M (DP)</i>	<i>N</i>	<i>M (DP)</i>	
PMS	36	3,02 (0,64)	56	3,22 (0,51)	.102
PSPI Exigência	35	3,23(0,31)	61	3,13 (0,32)	.166
PSPI Envolvimento Parental	30	3,54 (0,49)	58	3,53 (0,46)	.923
PS	36	2,59 (0,40)	60	2,70(0,34)	.187

3. Comportamentos transgressivos na adolescência

Relativamente ao consumo de substâncias, o tabaco, o álcool e a cannabis são as substâncias mais consumidas pelos adolescentes, sendo então apenas essas as substâncias analisadas (apenas uma pessoa referiu ter consumido anfetaminas). As três substâncias foram analisadas consoante o sexo, a frequência de consumo e a idade da primeira experiência.

Os resultados mostram que, no geral, o álcool é a substância mais consumida pelos adolescentes, apesar de prevalecer no sexo masculino ($M= 2,83$; $DP=1,2$), porém não se verificam diferenças significativas entre os sexos ($t(95)= 1,05$; $p= ,293$). Por outro lado, o consumo de tabaco e cannabis é superior no sexo feminino ($M= 2,20$; $DP= 1,7$ e $M= 1,31$, $DP= 0,9$ respetivamente), não se verificando também diferenças significativas no que toca ao tabaco ($t(95) = -,607$; $p= ,546$) e à cannabis ($t(92) = ,731$; $p= ,466$).

A cannabis é a substância que apresenta médias de consumo mais baixas tanto no sexo feminino ($M= 1,31$; $DP = 0,9$) como no sexo masculino ($M= 1,17$; $DP=0,7$) (ver tabela 2).

Tabela 2: *Consumo de substâncias por sexos*

	<i>Masculino</i>		<i>Feminino</i>		<i>Sig.</i>
	<i>N</i>	<i>M (DP)</i>	<i>N</i>	<i>M (DP)</i>	
Tabaco	36	1,97 (1,6)	61	2,20 (1,7)	.546
Álcool	36	2,83 (1,2)	61	2,54 (1,3)	.293
Cannabis	35	1,17 (0,7)	59	1,31 (0,9)	.466

Em relação à frequência do consumo, os resultados revelam que a maioria da amostra nunca experimentou cannabis (85,6%), sendo que apenas 6,2% revela ter fumado 1 a 12 vezes na vida e 4,1% 1 a 3 vezes por semana. Seguida do tabaco (57,7%) e do álcool (25,8%).

O álcool foi a substância mais consumida pelo menos 1 a 12 na vida (22,7%), 1 a 12 vezes no último ano (21,6%), 1 a 3 vezes no último mês (20,6%) e 1 a 3 vezes por semana (9,3%), sendo apenas ultrapassado pelo tabaco na frequência diária (13,4%). Em relação ao tabaco, 20,6% referem já ter fumado 1 a 12 vezes na vida, sendo a percentagem mais elevada no que se refere ao consumo desta substância (ver tabela 3).

Tabela 3: *Frequências de consumo de substâncias*

	<i>Tabaco</i>		<i>Álcool</i>		<i>Cannabis</i>	
	<i>N</i>	<i>%</i>	<i>N</i>	<i>%</i>	<i>N</i>	<i>%</i>
Nenhuma vez	56	57,7	25	25,8	83	85,6
1-12 vezes na vida	20	20,6	22	22,7	6	6,2
1-12 vezes no último ano	3	3,1	21	21,6	1	1
1-3 vezes no último mês	3	3,1	20	20,6		
1-3 vezes por semana	2	2,1	9	9,3	4	4,1
Todos os dias	13	13,4				

No que se refere à primeira experiência de consumo, verifica-se que os 14 anos são a faixa etária em que a maioria dos adolescentes experimentou tabaco pela primeira vez (11,3%). No caso do álcool, os resultados mostram que os 13 anos são a idade com a maior percentagem (15,5%), sendo que apenas um sujeito revelou ter experimentado aos sete anos de idade. Relativamente à cannabis, apenas 11 sujeitos responderam à questão, sendo que os 16 anos são a idade que apresenta maior percentagem (4,1%) (ver tabela 4).

Tabela 4: *Idades da primeira experiência relativa ao consumo de substâncias*

	<i>Tabaco</i>		<i>Álcool</i>		<i>Cannabis</i>	
	<i>N</i>	<i>%</i>	<i>N</i>	<i>%</i>	<i>N</i>	<i>%</i>
7 anos			1	1		
10 anos	2	2,1	3	3,1		
11 anos	3	3,1	3	3,1		
12 anos	1	1	8	8,2	1	1
13 anos	8	8,2	15	15,5	1	1
14 anos	11	11,3	14	14,4	1	1
15 anos	7	7,2	12	12,4	3	3,1
16 anos	6	6,2	6	6,2	4	4,1
17 anos			5	5,2	1	1
18 anos	1	1				

No que concerne aos comportamentos antissociais, o sexo masculino apresenta valores mais elevados na dimensão delinquência violenta ($M= 1,23$; $DP= 0,2$), na dimensão crimes contra a propriedade ($M= 1,12$; $DP= 0,2$) e na dimensão indisciplina ($M= 1,33$; $DP= 0,3$), verificando-se diferenças significativas na delinquência violenta ($p= .000$) e na indisciplina ($p= .032$) (ver tabela 5).

Tabela 5: *Comportamentos antissociais por sexo*

	<i>Masculino</i>		<i>Feminino</i>		<i>Sig.</i>
	<i>N</i>	<i>M (DP)</i>	<i>N</i>	<i>M (DP)</i>	
Delinquência violenta	36	1,23 (0,2)	58	1,04 (0,1)	.000
Crimes contra a propriedade	35	1,12 (0,2)	60	1,09 (0,2)	.561
Indisciplina	36	1,33 (0,3)	59	1,18 (0,3)	.032

Foi realizada uma correlação entre o consumo de substâncias e os comportamentos antissociais, verificando-se que o tabaco apresenta uma correlação positiva fraca com a delinquência violenta ($R= ,163$; $p= ,117$) e correlações positivas moderadas com o crime contra a propriedade ($R= ,515$; $p= ,000$) e com a indisciplina ($R= ,502$; $p= ,000$). No que toca ao álcool, este apresenta uma correlação positiva fraca com a delinquência violenta ($R= ,203$; $p= ,050$) e com o crime contra a propriedade ($R= ,346$; $p= ,001$), sendo que com a indisciplina

apresenta uma correlação positiva bastante significativa ($R = ,403$; $p = ,000$). O consumo de cannabis apresenta uma correlação positiva moderada com a delinquência violenta ($R = ,226$; $p = ,300$) e uma correlação positiva com a indisciplina ($R = ,466$; $p = ,000$), sendo que com o crime contra a propriedade apresenta uma correlação positiva forte ($R = ,761$; $p = ,000$) (ver tabela 6). De uma forma global estes resultados vão ao encontro dos resultados de outras investigações (Chitas et al, 2014, Negreiros, 1998) acerca dos padrões de associação entre os diferentes comportamentos de risco/comportamentos desviantes na adolescência

Tabela 6: *Correlação entre o consumo de substâncias e os comportamentos antissociais*

	<i>Delinquência violenta</i>		<i>Crime contra a propriedade</i>		<i>Indisciplina</i>	
	<i>R</i>	<i>Sig.</i>	<i>R</i>	<i>Sig.</i>	<i>R.</i>	<i>Sig.</i>
Tabaco	.163	.117	.515	.000	.502	.000
Álcool	.203	.050	.346	.001	.403	.000
Cannabis	.226	.300	.761	.000	.466	.000

4. Práticas parentais e comportamentos transgressivos na adolescência

No sentido de avaliar o impacto das práticas parentais sobre os comportamentos transgressivos na adolescência, efetuaram-se, num primeiro momento, a título exploratório, análises correlacionais lineares e, num segundo momento, e de forma a inferir acerca da relação de causalidade entre as dimensões das práticas parentais e os diferentes comportamentos de risco, procedeu-se a um conjunto de análises de regressão, tomando como variáveis critério cada um dos comportamentos de risco considerado neste estudo (consumo de tabaco, consumo de álcool, consumo de cannabis, indisciplina, delinquência violenta e crimes contra a propriedade).

4.1 Correlações

No que respeita às correlações, relativamente ao consumo de substâncias, os resultados revelam que a PMS apresenta correlações negativas fracas com o consumo de tabaco ($R = -,394$; $p = ,000$), com o consumo de álcool ($R = -,380$; $p = ,000$) e com o consumo de cannabis ($R = -,303$; $p = ,004$).

A PSPI Exigência apresenta correlações negativas fracas tanto com o consumo de tabaco ($R = -,259$; $p = ,011$), como com o consumo de álcool ($R = -,252$, $p = ,013$) e o consumo de cannabis ($R = -,127$; $p = ,224$). No que toca à PSPI Envolvimento Parental, esta também

apresenta correlações negativas fracas com o consumo de tabaco ($R = -.208$; $p = .052$) e com o consumo de álcool ($R = -.169$; $p = .116$), sendo que com o consumo de cannabis a correlação é muito fraca ($R = -.088$; $p = .421$).

Por último, a PS é a dimensão das práticas parentais que apresenta correlações negativas mais fracas com o consumo de tabaco ($R = -.174$; $p = .089$), de álcool ($R = -.275$; $p = .007$) e de cannabis ($R = -.201$; $p = .054$) (ver tabela 7).

Tabela 7: *Correlação entre as práticas parentais e o consumo de substâncias*

	Tabaco		Álcool		Cannabis	
	<i>R</i>	<i>Sig.</i>	<i>R</i>	<i>Sig.</i>	<i>R.</i>	<i>Sig.</i>
PMS	-.394	.000	-.380	.000	-.303	.004
PSPI Exigência	-.259	.011	-.252	.013	-.127	.224
PSPI Envolvimento Parental	-.208	.052	-.169	.116	-.088	.421
PS	-.174	.089	-.275	.007	-.201	.054

Em relação às correlações entre as escalas relativas às práticas parentais e os comportamentos antissociais, as correlações mais elevadas foram encontradas para a monitorização. A escala PMS apresenta uma correlação negativa significativa, embora de magnitude menor com a dimensão delinquência violenta ($R = -.270$; $p = .011$) e correlações negativas bastante consideráveis com as dimensões crimes contra a propriedade ($R = -.430$; $p = .000$) e a indisciplina ($R = -.489$; $p = .000$), de realçar que estes são os comportamentos com maior prevalência na amostra.

Em relação à escala PSPI Exigência, esta apresenta uma correlação positiva muito fraca no que toca à dimensão delinquência violenta ($R = .046$; $p = .663$) e uma correlação negativa com a dimensão crimes contra a propriedade ($R = -.264$; $p = .010$) e com a dimensão indisciplina ($R = -.284$; $p = .006$). Relativamente à escala PSPI Envolvimento Parental, esta também apresenta correlação positiva muito fraca com a dimensão delinquência violenta ($R = .071$; $p = .519$) e com a dimensão crimes contra a propriedade ($R = -.176$; $p = .103$) e uma correlação negativa fraca com a dimensão indisciplina ($R = -.328$; $p = .001$).

Por fim, a PS apresenta uma correlação negativa quer com a dimensão delinquência violenta ($R = -.225$; $p = .030$), quer com a dimensão crimes contra a propriedade ($R = -.330$; $p = .001$) e particularmente com a dimensão indisciplina ($R = -.357$; $p = .000$) (ver tabela 8), sendo estes valores consideravelmente mais elevados do que os encontrados para o consumo de

substâncias psicoativas, dado que confirma os resultados de outros estudos (eg , Chitas, 2010).

Tabela 8: *Correlação entre as práticas parentais e os comportamentos antissociais*

	<i>Delinquência violenta</i>		<i>Crime contra a propriedade</i>		<i>Indisciplina</i>	
	<i>R</i>	<i>Sig.</i>	<i>R</i>	<i>Sig.</i>	<i>R.</i>	<i>Sig.</i>
PMS	-.270	.011	-.430	.000	-.489	.000
PSPI Exigência	.046	.663	-.264	.010	-.284	.006
PSPI Envolvimento Parental	.071	.519	-.176	.103	-.328	.001
PS	-.225	.030	-.330	.001	-.357	.000

4.2 Regressões

No que concerne às regressões entre as práticas parentais e o consumo de substâncias, pode referir-se que o conjunto das práticas parentais é determinante do consumo de tabaco e de álcool, explicando respetivamente 44,5% e 37,9% da variabilidade das respostas para estes comportamentos de consumo. No que respeita ao consumo de cannabis, os resultados não significativos devem-se à pequena dimensão da amostra e ao reduzido número de jovens consumidores desta substância (Ver tabela 9).

Tabela 9: *Regressão entre as práticas parentais e o consumo de substâncias*

	<i>Coefficiente</i>		<i>Coefficiente não</i>	<i>t</i>	<i>sig</i>
	<i>Estandarizado</i>		<i>Estandarizado</i>		
	<i>B</i>	<i>EP</i>	<i>Beta</i>		
<i>Tabaco</i>					
Constante	9,955	2,259		4,407	,000
PMS	-,810	,460	-,257	-2,02	,046
PSPI Exigência	-,950	,655	-,168	-1,45	,151
PSPI Envolvimento Parental	,097	,483	,019	,159	,874
PS	-,897	,593	-,183	-1,51	,134
R²= ,445; R²ajustado= ,156; f(4)= 4,698; p= ,002					
<i>Álcool</i>					

Constante	6,928	1,63		4,228	,000
PMS	-,630	,290	-,285	-2,16	,033
PSPI Exigência	-,504	,475	-,127	-1,06	,292
PSPI Envolvimento Parental	-,010	,351	-,003	-,027	,978
PS	-,191	,430	-,055	-,444	,658

$R^2 = ,379$; R^2 ajustado = ,098; $f(4) = 3,177$; $p = ,000$

Cannabis

Constante	3,18	1,199		2,618	,011
PMS	-,396	,218	-,252	-1,81	,073
PSPI Exigência	-,114	,350	-,040	-,325	,746
PSPI Envolvimento Parental	,172	,263	,086	,654	,515
PS	-,322	,327	-,132	-,983	,329

$R^2 = ,318$; R^2 ajustado = ,052; $f(4) = 2,059$; $p = ,095$

No que se refere aos comportamentos antissociais, pode referir-se que o conjunto das práticas parentais é determinante da ocorrência dos diferentes comportamentos avaliados, explicando 39,9% da variabilidade das respostas para o comportamento de delinquência violenta, 50,8 % da variabilidade das respostas para os crimes contra a propriedade e 54,6% da variabilidade das respostas para a indisciplina (Ver tabela 10).

Tabela 10: *Regressão entre as práticas parentais e os comportamentos antissociais*

	<i>Coeficiente</i>		<i>Coeficiente não</i>	<i>t</i>	<i>Sig</i>
	<i>Estandarizado</i>		<i>Estandarizado</i>		
	<i>B</i>	<i>EP</i>	<i>Beta</i>		
<i>Delinquência violenta</i>					
Constante	1,214	,258		4,715	,000
PMS	-,116	,046	-,335	-2,53	,014
PSPI Exigência	,044	,075	,071	,588	,558
PSPI Envolvimento					
Parental	,113	,055	,260	2,04	,044
PS	-,093	,068	-,182	-1,44	,153

$R^2 = ,399$; R^2 ajustado = ,113; $f(4) = 3,455$; $p = ,012$

Crimes contra a propriedade

Constante	2,225	,299		7,440	,000
PMS	-,129	,053	-,301	-2,45	,017
PSPI Exigência	-,156	,087	-,200	-1,79	,077
PSPI Envolvimento Parental	,065	,063	,121	1,03	,306
PS	-,167	,078	-,251	-2,14	,036

$R^2 = ,508$; R^2 ajustado = ,218; $f(4) = 6,518$; $p = ,000$

Indisciplina

Constante	3,036	,409		7,417	,000
PMS	-,186	,072	-,312	-2,59	,011
PSPI Exigência	-,139	,118	-,130	-1,17	,243
PSPI Envolvimento Parental	-,073	,087	-,097	-,837	,405
PS	-,184	,110	-,192	-1,67	,098

$R^2 = ,546$; R^2 ajustado = ,260; $f(4) = 7,839$; $p = ,000$

5 Diferenças de comportamentos entre os adolescentes de famílias intactas e não intactas

Em relação às diferenças de consumo entre os filhos de famílias intactas e não intactas, os resultados revelam que o consumo de tabaco ($M = 2,35$; $DP = 1,9$), de álcool ($M = 2,81$; $DP = 1,4$) e de cannabis ($M = 1,35$; $DP = 0,9$) é mais elevado nos filhos de pais separados, não se verificando, no entanto, diferenças significativas entre os dois grupos (ver tabela 9).

Tabela 11: *Diferenças de consumo de substâncias entre os adolescentes de famílias intactas e não intactas*

	<i>Famílias não intactas</i>		<i>Famílias intactas</i>		<i>Sig.</i>
	<i>N</i>	<i>M (DP)</i>	<i>N</i>	<i>M (DP)</i>	
Tabaco	37	2,35 (1,9)	60	1,97 (1,6)	.297
Álcool	37	2,81 (1,4)	60	2,55 (1,2)	.345
Cannabis	37	1,35 (0,9)	57	1,19 (0,7)	.383

No que toca às três dimensões de comportamento avaliadas, não se verificam diferenças significativas entre os dois grupos, contudo os filhos de famílias intactas apresentam maiores níveis de indisciplina ($M= 1,24$; $DP= 0,3$) e os filhos de famílias não intactas apresentam maiores níveis de delinquência violenta ($M= 1,15$; $DP= 0,2$). No que toca aos crimes contra a propriedade, os dois grupos apresentam valores semelhantes ($M= 1,10$; $DP=0,2$) (ver tabela 12).

Tabela 12: *Diferenças de comportamento antissocial entre os adolescentes de famílias intactas e não intactas*

	<i>Famílias não intactas</i>		<i>Famílias intactas</i>		<i>Sig.</i>
	<i>N</i>	<i>M (DP)</i>	<i>N</i>	<i>M (DP)</i>	
Delinquência violenta	37	1,07 (0,1)	57	1,15 (0,2)	.067
Crimes contra a propriedade	36	1,10 (0,2)	59	1,10 (0,2)	.913
Indisciplina	36	1,24 (0,3)	59	1,23 (0,3)	.901

Discussão

A presente dissertação teve como objetivo compreender a relação entre as ruturas da parentalidade, e da conjugalidade, e as práticas parentais com os comportamentos transgressivos na adolescência.

A relação entre a adolescência e a transgressão pode ser considerada como obrigatória, sendo necessária para o desenvolvimento, para o crescimento e para o processo de aquisição de novas formas de socialização (Benavente, 2002), sendo que a sua presença na adolescência desempenha uma resposta adaptativa a circunstâncias contextuais, quer isto dizer que o adolescente evidencia um determinado controlo sobre as suas respostas desviantes, apresentando-as apenas quando estas lhes são oportunas e benéficas para a sua adaptação (Negreiros, 2001).

No presente estudo, os comportamentos transgressivos analisados foram o consumo de substâncias, nomeadamente de tabaco e álcool, as drogas legais mais consumidas, e de cannabis, a droga ilegal mais consumida pelos jovens, e os comportamentos antissociais.

O lado negativo do desejo de obter prazer com o uso de drogas é o risco que se corre de se tornar dependente e comprometer a realização de tarefas normais do desenvolvimento, o cumprimento dos papéis sociais esperados, a aquisição de habilidades essenciais, a realização de um sentido de adequação e competência, sendo necessário dar especial atenção a esta população, uma vez que a adolescência é um período propício e de maior vulnerabilidade relativamente à experimentação e uso abusivo das mesmas. Vários são os fatores que podem levar os adolescentes a consumirem estes tipos de drogas, tais como a onipotência, a busca de novas experiências, ser aceite pelo grupo, a independência, as influências sociais e do grupo de pares, conflitos psicossociais e existenciais, a facilidade de acesso, a permissividade, a falta de fiscalização e aspetos relacionados com a família, tais como estrutura, o apoio e as práticas e os estilos parentais. (Schenker & Minayo, 2005)

Os resultados da investigação sugerem que a substância mais consumida pelos adolescentes é o álcool, indo ao encontro do estudo realizado por Chitas (2010) e ao estudo realizado pelo Observatório Europeu da Droga e Toxicodependência (2012) relativo ao ano de 2011. Os resultados relativos ao consumo de tabaco também estão globalmente de acordo com os estudos nacionais realizados, uma vez que esta substância aparece como a segunda mais consumida pelos jovens, seguida do consumo de cannabis. No que concerne à diferença entre géneros, os resultados do presente estudo, apontam para o facto de o tabaco ser mais consumido por raparigas e o mesmo se verifica no estudo de Chitas (2010), porém, os resultados diferem quanto ao consumo de cannabis, uma vez que no estudo do Observatório Europeu, os rapazes apresentam níveis de consumo mais elevados e no presente estudo são as

raparigas que mais consomem, o que pode ser explicado pelo facto de o número de sujeitos do sexo feminino ser maior do que o sexo masculino e ainda porque os estudos foram realizados em diferentes contextos e com diferentes populações.

No que concerne à idade da primeira experiência, os resultados vão novamente ao encontro do estudo de Chitas (2010), uma vez que os 14 anos são a faixa etária em que a maioria dos adolescentes experimentou tabaco pela primeira vez e, no caso do álcool, os resultados mostram que os 13 anos são a idade que prevalece.

Foram também analisados os comportamentos antissociais, designadamente a delinquência violenta, os crimes contra a propriedade e a indisciplina. Correr riscos e testar limites são situações normais na vida de qualquer adolescente, contudo, para alguns, este comportamento é mais do que uma situação específica da idade e pode trazer efeitos negativos a longo prazo. Pode também ser uma causa de distress no seio familiar, no grupo de pares e até mesmo na comunidade (APSA, 2006).

No que se refere às diferenças entre sexos, o sexo masculino apresenta valores mais elevados nas três dimensões avaliadas, verificando-se diferenças significativas na delinquência violenta e na indisciplina. Este resultado era esperado, uma vez que este tipo de comportamentos prevalece no sexo masculino.

A análise efetuada à associação entre o consumo de substâncias e os comportamentos antissociais revela que as três dimensões de comportamento estão positivamente associadas com o consumo de tabaco, de álcool e de cannabis. Estes resultados vão ao encontro dos estudos realizados por Negreiros (1998) e Chitas et al. (2014), que concluem que todas as correlações entre medidas de consumo de tabaco, álcool e cannabis e medidas de comportamentos antissociais se revelaram positivas, e por Fonseca (2013), que verificou que o consumo de droga e os comportamentos antissociais estão fortemente associados durante toda a adolescência. Estas conclusões remetem para a hipótese defendida por diferentes autores (Jessor, 1998) acerca da existência de uma síndrome comum e aponta para a necessidade do desenvolvimento de uma abordagem integrada dos comportamentos de risco na adolescência.

A família pode funcionar como um fator de proteção ou de risco, sendo que fatores como um bom suporte afetivo, uma boa supervisão e uma boa comunicação entre pais e filhos, parecem constituir alguns dos elementos chave ao nível da proteção no seio familiar e de um bom ajustamento ao nível das diferentes áreas de vida do adolescente (Schenker & Minayo, 2005), é nesta dimensão que se inserem as práticas parentais. Darling e Steinberg (1993) definem-nas como estratégias que os pais utilizam com o intuito de atingir determinados objetivos, orientando o comportamento. No presente estudo procurou-se avaliar

as principais dimensões presentes na literatura, a monitorização, exigência, envolvimento e suporte parental.

Alguns estudos mostram que práticas eficazes têm um efeito de proteção em termos de diminuir o uso de drogas e que práticas parentais pobres parecem estar associadas a elevadas taxas de consumo de substâncias, elevados níveis de delinquência e agressão, assim como a pobre comunicação entre pais e filhos (Macauley et al., 2005) e que adolescentes com famílias hostis e distantes são mais prováveis de desenvolverem problemas relacionados com o abuso de substâncias do que outros que tenham nascido num bom ambiente familiar. (Steinberg, 1989).

No que concerne à relação entre as práticas parentais e os comportamentos transgressivos, os resultados do presente estudo apontam para uma associação negativa, bem como para relações de causalidade, entre as diferentes dimensões das práticas parentais avaliadas, nomeadamente a monitorização, o envolvimento parental, a exigência e o suporte parental, com os comportamentos antissociais e com o consumo de tabaco, álcool e cannabis. Isto é, a capacidade dos pais para monitorizarem os filhos, o conhecimento que têm acerca das atividades dos seus filhos quando estes se encontram fora de casa, das pessoas com quem estão durante esse tempo e dos lugares que frequentam, a capacidade para estabelecer regras e limites, a capacidade de se envolverem na vida dos filhos e o suporte, a proximidade emocional, a confiança, aceitação e disponibilidade para ajudarem na resolução dos diferentes problemas e compreenderem as necessidades dos seus filhos adolescentes, parecem ser dimensões protetoras no que toca aos comportamentos transgressivos. De salientar, igualmente, que a monitorização foi a dimensão das práticas parentais onde o valor da correlação e o coeficiente de determinação foi mais elevado, o que remete para a importância desta dimensão na adolescência.

Verificam-se estes resultados pois quanto mais elevada a monitorização, a exigência, o envolvimento e suporte parental, menor os valores de consumo e menores os comportamentos antissociais, apesar das correlações serem fracas, parece haver associação. A dimensão da amostra e o facto de esta ter uma percentagem reduzida de jovens com comportamentos transgressivos, justificam alguns dos resultados não significativos, porém nas correlações encontra-se uma boa magnitude, sendo que o nível de significância apenas tem a ver com a dimensão da amostra.

Os resultados estão mais uma vez de acordo com os resultados obtidos por alguns autores, nomeadamente por Patterson (1986), Huebner & Howel (2003), Borawski et al. (2003), Van Der Vorst et al. (2005; 2006), Miller e Plant (2010), Rai et al. (2003), Li et al. (2003) e Chitas (2010), em que referem que o envolvimento parental é um preditor de

elevados níveis de autoestima e que a monitorização parental aparece associada a menores comportamentos de risco tendo um papel protetor no consumo de substâncias, que se correlaciona negativamente com a violência escolar e delinquência.

Para além das práticas parentais, também as ruturas da parentalidade e da conjugalidade têm influência no comportamento dos adolescentes. Aqueles que experienciam situações de transição familiar desgastantes, posteriores ao divórcio ou reconstituições familiares, são os mais suscetíveis aos desenvolvimentos de problemas de adaptação e desviância (Ferros, 2003).

No que toca às diferenças de consumo de substâncias em relação às famílias intactas e famílias não intactas, os resultados revelaram que há um maior consumo por parte dos filhos cujos pais estão separados, apesar de esta diferença não ser significativa. Os resultados estão de acordo com os estudos que referem que os filhos de famílias separadas são mais prováveis de consumir substâncias, pois estas podem ser utilizadas como mecanismo de *coping* para conseguir lidar com o conflito parental. Depois da separação, os jovens são mais prováveis de consumir álcool, cannabis e outro tipo de droga, com o efeito a persistir à medida que o tempo passa (Arkes, 2013). Sendo que nos adolescentes que residem apenas com um dos pais ou que estão em situações de recasamento, o risco de se envolverem neste tipo de comportamentos é maior do que nos adolescentes que vivem com ambos os pais (Ferros, 2003). Em relação às diferenças de comportamento antissocial, não se verificou o mesmo, uma vez que as três dimensões avaliadas diferem entre famílias intactas e não intactas. Os filhos cujos pais estão juntos apresentam maiores níveis de delinquência violenta e os filhos de pais separados apresentam maiores níveis de indisciplina, e os dois grupos estão ao mesmo nível no que toca aos crimes contra a propriedade.

Conclusão

Desde cedo que a tentativa de compreensão da transgressão tem sido um ponto de diversas discussões, sendo cada vez mais importante intervir junto dos jovens de modo a tentar evitar a futura delinquência ou diminuir os seus efeitos na sociedade. Uma questão que se torna pertinente nos dias de hoje é o aumento dos consumos de substâncias e das práticas antissociais por parte dos adolescentes, sendo que estes aspetos estão associados a vários fatores, tais como a personalidade, a família e o grupo de pares.

Quando se fala nos dois tipos de comportamentos abordados ao longo da presente investigação, é obrigatório considerar a variável família, mais propriamente os pais, uma vez que a parentalidade consiste no conjunto de ações desempenhadas pelos mesmos no sentido de promover o desenvolvimento dos filhos da forma mais plena possível (Cruz, 2005). Os problemas de comportamento podem surgir quando começam a existir conflitos familiares que resultem na rutura da parentalidade e da conjugalidade, levando a situações de divórcio e de monoparentalidade. Esta mudança a que os adolescentes estão sujeitos, a possível rutura com um dos pais, a rutura do casamento e a inserção numa configuração familiar diferente da qual está habituado, podem ter impactos negativos com os quais o jovem não consegue lidar da melhor forma.

Tal como as ruturas, também as práticas e os estilos parentais desempenham um papel crucial no que toca ao desenvolvimento e aquisição de competências nos adolescentes, uma vez que as práticas consistem nas estratégias utilizadas pelos pais com a finalidade de orientar o comportamento para socializar, controlar ou desenvolver valores e atitudes nos filhos (Darling e Steinberg, 1993) e uma vez que os estilos parentais consistem no contexto no qual os pais socializam os seus filhos, de acordo com os seus valores e crenças (Darling e Steinberg, 1993). De acordo com a literatura, os pais desempenham um papel relevante no que se refere à prevenção do consumo de substâncias e de certos comportamentos antissociais, sendo uma das variáveis centrais desses fenómenos, uma vez que estilos e práticas parentais pobres estão associados a comportamentos transgressivos.

Muitos estudos constatarem que a estrutura familiar, as relações na família e as influências por esta exercida constituem fatores de risco para a incursão dos jovens em comportamentos desviantes (Steinberg, 1989; Schenker & Minayo, 2005; Macaulay et al. 2005). Os resultados da presente investigação vêm confirmar a importância das práticas parentais no desenvolvimento dos adolescentes e na adoção de comportamentos transgressivos, embora a dimensão reduzida da amostra tenha influenciado os níveis de significância dos resultados. Igualmente de referir a relação verificada entre o divórcio e os comportamentos transgressivos, evidenciado a importância de uma intervenção preventiva

que procure minimizar o impacto das ruturas da parentalidade e da conjugalidade no desenvolvimento dos adolescentes.

É neste quadro que o papel do psicólogo forense e da exclusão social pode revelar-se como elemento fundamental no apoio às famílias, procurando trabalhar as relações e as decisões referentes à regulação do poder paternal e à reorganização da estrutura familiar, tendo em vista encontrar as soluções mais equilibradas para o desenvolvimento das crianças e dos adolescentes, atuando quer como auxiliar das decisões do tribunal quer como numa lógica de mediação mediante a solicitação das famílias e das instituições que com elas trabalham. O psicólogo forense e da exclusão social pode também ter um papel na implementação de programas de prevenção das transgressionalidades juvenis através de intervenções dirigidas aos jovens (e.g. acompanhamento psicossocial; programas de promoção de competências pessoais e sociais) e às famílias (e.g. acompanhamento psicossocial; programas de promoção de competências parentais).

Voltando aos resultados do estudo desenvolvido no âmbito da presente dissertação, pode referir-se como considerações futuras, o interesse de replicar este estudo em ambientes escolares contrastados, comparando ambientes menos vulneráveis com ambientes mais propícios ao desenvolvimento de comportamentos transgressivos utilizando uma amostra de maior dimensão.

Referências

- Alarcão, M. (2002). *(Des)Equilíbrios Familiares*. Coimbra: Quarteto
- Alarcão, M. & Gaspar, M. (2007). *Imprevisibilidade, família e suas implicações no desenvolvimento individual e familiar*. Paideia, 17 (36) p. 89 - 102
- Almeida, C.; Peres, E.; Garcia, M. & Pellizar, N. (2000). *Pais separados e filhos: análise funcional das dificuldades de relacionamento*. Revista Estudos de Psicologia, PUC – Campinas. 17 (1) p. 31-43
- Amato, P., & Previti, D. (2003). *People's reasons for divorcing: Gender, social class, the life course, and adjustment*. Journal of Family Issues. 24(5), 602-626
- Arkes, J. (2013). *The Temporal Effects of Parental Divorce on Youth Substance Use*. Substance use & Misuse, 48. p. 290-297
- Atger, F. (2002). *Vinculação na adolescência*. In N. Guedeney, & A. Guedeney. Vinculação: Conceitos e aplicações. 1º edição Lisboa: Climepsi Editores
- Barnes, G. (1999). *Divorce transitions: Identifying risk and promoting resilience for children and their parental relationships*. Journal of Marital and Family Therapy 25, p. 425-441
- Baum, N. (2003). *Divorce Process Variables and the Co-Parental Relationship and Parental Role Fulfillment of Divorced Parents*. Family Process 42 (1) p. 117-130
- Baumerind, D. (1971). *Current patterns of parental authority*. Development Psychology Monographs, 4 1
- Baumerind, D., & Black, A. E. (1967). *Socialization practices associated with dimensions of competence in preschool boys and girls*. Child Development, 38, p. 291-327
- Becoña, E. (2002). *Bases científicas de la prevención de las drogodependencias*. Madrid: Plan Nacional sobre Drogas
- Benavente, R. (2002). *Delinquência juvenil: Da disfunção social à psicopatologia*. Análise Psicológica, 4, p. 637-645
- Braconnier, A. & Marcelli, D. (2000). *As mil faces da adolescência*. Lisboa: Climepsi Editores
- Borawski, E., Landis, C., Lovergreen, L., & Trapl, E. (2003). *Parental monitoring, negotiated unsupervised time, and parental trust: the role of perceived parenting practices in adolescent health risk behaviors*. Journal of Adolescent Health. , 33, p. 60-70
- Born, M. (2005). *Psicologia da Delinquência*. 1ª Edição. Climepsi Editores
- Bornstein, M. (1995). *Handbook of Parenting*. Volume 1 – Children and Parenting. Lawrence Erlbaum Associates, Publishers. New Jersey
- Bowen (1950). *Theory of*. Acedido em <http://www.thebowencenter.org>, a 16 de Abril de 2015

- Camacho, I. & Matos, M. (2006). *Práticas parentais, escola e consumo de substâncias em jovens*. Psicologia, Saúde e Doenças. 7 (2) p. 317 - 327
- Cardoso de Sousa; Abrão, A.; Morgado, A.; Morgado, A.; Conboy, J.; Oliveira, M. & Pires, D. (2008). *O consumo de bebidas alcoólicas na população escolar juvenil*. 1ª Edição. GAIM
- Chen, J. & George, R. G. (2005). *Cultivating Resilience in Children From Divorced Families*. The Family Journal, 13(4): 452-455
- Chitas, V. (2010). *Consumo de drogas e outros comportamentos de risco na adolescência. Fatores de risco e fatores de proteção*. Tese apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto para obtenção do grau de doutor
- Chitas, V.; Negreiros, J. & Barreira, T. (2014). *Uso de drogas, comportamentos sexuais de risco e comportamentos antissociais na adolescência: Padrões de associação*. Psychologica. 5 (2) p. 73 - 93
- Cohen, G. (2002). *Helping Children and Families Deal With Divorce and Separation*. Pediatrics. 10 (6) p. 1019-1023
- Cooper, M.; Shaver, P. & Collin, N. (1998). *Attachment Styles, Emotion Regulation, and Adjustment in Adolescence*. Journal of Personality and Social Psychology, 74 (5) p. 1380-1397
- Cruz, O. (2005). *A Parentalidade*. Coimbra: Quarteto
- Cusson, M. (2011). *Criminologia*. 3ª Edição. Casa das Letras
- Dadds, M. & Salman, K. (2013) *Punishment insensitivity and parenting: Temperament and learning as interacting risks for antisocial behavior*. Clinical, Child and Family Psychology Review 6 (2) p. 69 – 86
- Darling, N. & Steinberg, L. (1993). *Parenting Style as context: an integrative model*. Psychological Bulletin. 143 (3) p. 487-496
- Dekovic, M.; Janssens, J. & Van As, N. (2009). *Family Predictors of Antisocial Behavior in Adolescence*. Family Process. 42 (2) p. 223
- Dornbush, S. M., Mounts, N. S., Darling, N., Lamborn, S. D., & Steinberg, L. (1994). *Over time changes in adjustment and competence among adolescents from authoritative, authoritarian, indulgent and neglectful families*. Child Development, 65, 754-770.
- Féres-Carneiro, T. (2003). *Separação: o doloroso processo de dissolução da conjugalidade*. Estudos de Psicologia. 8 (3) p. 367-374
- Ferros, L. (2003). *Jovens, Drogas e Famílias – Uma breve revisão da leitura*. Toxicodependências 9 (2) p. 71 - 83

- Fillioud, A.; Gaudet, M.; Gauquelin, F.; Hubert, J.; Péchadre; Roudy, Y. & Vallier, C. (1981). *Dicionário de psicologia do adolescente*. Versão Portuguesa de Geminiano Cascais Franco. Lisboa, Verbo
- Freeman, H. & Newland, L. (2002). *Family Transitions During the Adolescent Transition: Implications for Parenting*. *Adolescence*. 37 (147) p. 457 - 475
- Fonseca, A. (2000). *Comportamentos Anti-sociais: Uma Introdução*. *Revista Portuguesa de Pedagogia*. N.º1, 2 e 3, p. 9-36
- Fonseca, A. (2013). *Consumo de drogas e comportamentos antissociais na adolescência: Que relação?* *Revista portuguesa de pedagogia*. 47 (1) p. 157 - 176
- Formiga, N. S. (2003). *Adaptação e validação da Escala de Condutas Antissociais e Delitivas ao Contexto Brasileiro*. *Revista Psico* 34 (2), p. 367-388
- Formiga; Aguiar, M. & Omar, A., (2008). *Busca de Sensação e Condutas AntiSociais e Delitivas em Jovens*. *Psicologia Ciência e Profissão*. 668-681
- Greene, S. M., Anderson, E. R., Hetherington, E. M., Forgatch, M. S., & DeGarmo, D. S. (2003). *Risk and resilience after divorce*. In F. Walsh (Ed.), *Normal family processes: Growing diversity and complexity* (3 ed., pp. 96-120). New York: Guilford
- Hack, S. & Ramires, V. (2010). *Adolescência e divórcio parental: continuidades e ruturas dos relacionamentos*. *Psicologia Clínica*, Rio de Janeiro, 22 (1) p. 85 – 97
- Hetherington, E. M. (2003). *Social Support and the Adjustment of Children in Divorced and Remarried Families*. *Childhood*, 10(2) p. 217-236.
- Hoffman, M. (1975). *Moral internalization, parental power and the nature of parent-child interaction*. *Developmental Psychology* 11 (2) p. 228 - 239
- Hoghughi, M. (2004). *Parenting: an introduction*. In M. Hoghughi & N. Long (Eds), *Handbook of parenting: theory and research for practice*. p. 1-18. London: SAGE
- Howell, J. C. (2009). *Preventing and Reducing Juvenile Delinquency*. Thousand Oaks: SAGE Publications, Inc.
- Huebner, H., & Howeell, L. (2003). *Examining the relationship between adolescent sexual -taking and perceptions of monitoring communication, and parenting styles*. *Journal of Adolescent Health* , 33 (2) p. 71-78.
- Instituto Nacional de Estatística (2013). *Famílias nos Censos 2011: Diversidade e Mudança. Destaque*
- Instituto Nacional de Estatística (2014). *Taxa bruta de divórcio*. Acedido em http://www.ine.pt/xportal/xmainxpId=INE&xpgId=ine_indicadores&indOcorrCod=0001292&contexto=bd&selTab=tab2, a 18 de Fevereiro de 2015

- Jenkins, C. (2006). *Ethnicity, culture, drugs and sex*. In P. Aggleton, A. Ball & P. Mane (Eds.), *Sex, drugs and Young People* (pp. 48-62). NY: Routledge.
- Jessor, R., & Jessor, S. (1977). *Problem behavior and psychosocial development*. San Diego: Academic Press
- Jessor, R. (1998). *New perspectives on adolescent risk behaviour*. UK: Cambridge University Press.
- Johnson, P., Thorngren, J. M. & Smith, A. J. (2001). *Parental Divorce and Family Functioning: Effects on Differentiation Levels of Young Adults*. *The Family Journal*, 9(3) p. 265-272
- Kaplan, I. & Sadock, J. (1998). *Manual de psiquiatria clínica*. Porto Alegre, Artmed
- Leal, I. (2005). *Psicologia da Gravidez e da Parentalidade*. Fim de Século -Edições. Sociedade Unipessoal, Lda. Lisboa
- Leandro, M. (2001). *Sociologia da família nas sociedades contemporânea*. Universidade Aberta: Lisboa
- Lemo, V. & Del Prette (2013). *Práticas educativas parentais e habilidades sociais dos adolescentes de diferentes configurações familiares*. *Psicologia*. 44 (4) p. 560-570
- Li, X., Fang, X., Stanton, B., Su, L., & Wu, Y. (2003). *Parental Monitoring among adolescents in Beijing, china*. *Journal of Adolescent Health* , 33, 130-132
- Loeber, R.& Stouthamer, L. (1986). *Family Factors as Correlates and Predictors of Juvenile Conduct Problems and Delinquency* . *Crime and Justice*, v 7 p- 29-149
- Ma, H.; Shek, D.; Cheung, P. & Lee, R. (1996). *The relation of prosocial and antisocial behavior to personality and peer relationships of Hong Kong chinese adolescents*. *The Journal of Genetic Psychology*. 157 (3) p. 225 - 266
- Macaulay, A; Griffin, K.; Gronewold, E.; Williams, C. & Botvin, G. (2005). *Parenting practices and Adolescent Drug-Related Knowledge, Attitudes, Norms and Behavior*. *Journal of alcohol and Drug Education* 49 (2) p. 67 -83
- Maccoby, E. & Martin (1983). *Socialization in the context of the family: Parent-child interaction*. *Handbook of child psychology*. Vol. 4. New York: Wiley
- Magnuson, K. & Berger, L. (2009). *Family Structure States and Transitions: Associations with Children's well-being during middle childhood*. *Journal of Marriage and Family* 71 (3) p. 575-591
- Malta, D.; Porto, D.; Melo, F.; Monteiro, R.; Sardinha, L. & Lessa, B. (2011). *Família e proteção ao uso de tabaco, álcool e drogas em adolescentes*. *Pesquisa Nacional de Saúde dos Escolares*. *Rev Bras Epidemiol* 14 (1) p.166 – 177

- Marques, M.; Viveiro, C. & Passadouro, R. (2013). *Uma Velha Questão numa População Jovem: o Consumo do Álcool nos Adolescentes Escolarizados*. Acta Med Port 26 (2) p. 133 - 138
- Monahan, k; Steinberg, L.; Cauffman, E. & Mulvey, E. (2013). *Psychosocial (im)maturity from adolescence to early adulthood: Dinstinguishing between adolescence-limited and persisting antisocial behavior*. Development and Psychopathology. 25 p. 1093 – 1105
- Nardi, F.; Cunha. S.; Bizarro, L. & Dell'Aglio, D. (2012). *Drug use anda antisocial behavior among adolescents attending public schools in Brazil*
- Neale, B. (2002). Dialogues with Children: Children, Divorce and Citizenship. Childhood, 9(4): 455-475
- Needle, R. H., Su, S., & Doherty, W. J. (1990). *Divorce, remarriage and adolescent substance use: a longitudinal study*. Journal of Marriage and the Family. p. 157-169
- Negreiros, J. (1998). *Relação entre o consumo de álcool e drogas e comportamentos antissociais nos jovens*. Toxicodependências 4 (1) p. 51 - 58
- Negreiros, J. (2001). *Delinquências Juvenis: trajetórias, intervenções e prevenção*. 2ªedição. Lisboa: Notícias
- Neto, O. D. & Féres-Carneiro, T. (2010). *Construção e dissolução da conjugalidade: marcadores e preditores*. Interação Psicológica. 14 (2) p. 245-25
- Nunes, A. (2004). *Os jovens e os fatores associados ao consumo de tabaco*. Educação para a saúde 22 (2) p. 57 – 67
- Nunes, L. (2010). *Crime e Comportamentos Criminosos*. Edições Universidade Fernando Pessoa
- Nunes, L. & Jólluskin, G. (s/d) *O uso de drogas: breve análise histórica e social*.
- Olson, D. H. (1999). *Circumplex Model of Marital and Family Systems*. Journal of Family Therapy. 22 p.144-167
- Observatório Europeu das Drogas e da Toxicodependência (2012). *Consumo de substancias entre os alunos de 36 países europeus*. Luxemburgo Serviço das Publicações da União Europeia
- Philip, T. (2012). *The influence of family structure vs family climate on adolescent well-being*. Child Adolescent Soc. Work. 29 p. 103-110
- Perlmutter, B.; Touliatos, J. & Holden, G. (2001). *Handbook of Family Measurement Techniques*. Instruments & Index. Volume 3. Sage Publications, Inc.
- Pires, A. (1990). *Determinantes do comportamento parental*. Análise Psicológica 4 (8) p. 445-452

- Poiares, C. (1999). *Contribuição para uma análise histórica da droga*. Toxicodependências 5 (1) p. 3 -12
- Rai, A. (2003). *Relative influences of perceived parental monitoring and perceived peer involvement on adolescent risk behaviors: an analysis of six cross-sectional data set*. Journal of Adolescent Health, 3, p. 108-118.
- Reis, A.; Barros, J.; Fonseca, C.; Parreira, L.; Gomes, M.; Figueiredo, I. & Matapa, S. (2011). *Prevalência da INgestão de álcool nos Adolescentes – Estudo PINGA*. Rev Port Clin Geral. 27 (3) p. 338 - 346
- Relvas, A. P. (1996). *O ciclo vital da família perspectiva sistémica*. Porto. Edições Afrontamento
- Relvas, A. & Alarcão, M. (2007). *Novas formas de família*. Coimbra: Quarteto
- Ribeiro, M; Sampaio, D. & Pais do Amaral, J. (s/d). *Que Divórcio*. 2ª edição. Edições 70 Lda. Lisboa
- Richardson, S. & McCabe, M. (2001). *Parental Divorce During Adolescence and Adjustment in Early Adulthood*. Adolescence. 36 (143) p. 467-489
- Rhodes, T.; Lilly, R.; Fernandez, C.; Giorgino, E.; Kemmesis, U.; Ossebaard, H.; Lalam, N.; Faasen, I., & Spannow, K. (2003). *Risk Factors Associated with drug use: the importance of 'risk environment'*. Drugs: education, prevention and policy 10 (4) p. 303- 329
- Rosenblum, G. D. & Lewis, M. (2003). *Emotional Development in Adolescence*. In G. R. Adams & M. D. Berzonsky (Eds.), Blackwell Handbook of Adolescence. p. 269 – 289
- Rothbaum, F.; Rosen, K; Ujile, T. & Uchida, N. (2002). *Family Systems Theory, Attachment Theory and Culture*. Family Process 41 (3) p. 328-350
- Sacareno, C. (1997). *Sociologia da família*. Lisboa Editorial Estampa
- Schenker, M. & Minayo, M. (2005). *Fatores de risco e de proteção para o uso de drogas na adolescência*. Ciência e Saúde Colectiva. 10 (3) p. 707 - 717
- Schrodt, P. (2005). *Family Communication Schemata and The Circumplex Model of Family Functiong*. Western Journal of Communication. 69 (4) p.359-376
- Serra, A. (2007). *O stress na vida de todos os dias* (3.ª ed. rev.). Coimbra: Edição de Autor
- Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (2015). *Sinopse Estatística. Portugal 2015*. Divisão de Estatística e Investigação
- Silva, A. (2004). *Desenvolvimento de competências sociais nos adolescentes*. 1ª edição. Climepsi Editores
- Sousa, J. (2006). *As famílias como projectos de vida: O desenvolvimento de competências resilientes na conjugalidade e na parentalidade*. Saber (e) Educar 11, p. 41– 47

- Sprinthall, N. & Collins, W. (1999). *Psicologia do adolescente*. 2ª edição Fundação Calouste Gulbenkian
- Steinberg, L. (1989). *Adolescence*. 2nd Editon. Library of Congress Cataloging-in-Publication Data
- Steinberg, L. (2001). *We know some things: Parental-adolescent relationships in retrospect*. Journal of Research on Adolescence 11 p. 1-19
- Simões, C. (2007). *Comportamento de risco na adolescência*. Coimbra: Fundação Calouste Gubenkian
- Simões, C.; Matos, M. & Batista-Foguet, J. (2006). *Consumo de substâncias na adolescência: um modelo explicativo*. Psicologia, Saúde & Doenças. 7 (2) p. 147-164
- Soares (Eds.) *Relações de vinculação ao longo do desenvolvimento: Teoria e avaliação*. 8ª edição. Braga: Psiquilíbrios Edições p. 99-121
- Van Der Vorst, H., Engels, R., Meeus, W., Devoki, M., & Van Leeuwe, J. (2005). *The role of alcohol specific socialization on adolescents' drinking behaviour*. Addiction, 100, p. 1464-1474
- Van Der Vorst, H., Engels, R., Meeus, W., & Dekovic, M. (2006). *The impact of rules, parental norms and parental alcohol use on adolescent drinking behaviour*. Journal of Child Psychology and Psychiatry , 46, p. 1299-1306
- Vanassche, S., Sodermans, A., Matthijs, K., & Swicegood, G. (2014). *The effects of family type, family relationship and parental role models on delinquency and alcohol use among flemish adolescents*. Journal of Child and Family Studies, 23 (1), pp. 128-143
- Weiner, I. B. (1995). *Perturbações Psicológicas na Adolescência*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian
- Wells, L. e., & Rankin, J. H. (1991). *Families and Delinquency: a Meta-Analysis of the impact of broken homes*. Social Problems, 38 (1), p. 71-93

ANEXOS

Anexo I- Pedido de autorização aos Encarregados de Educação

Pedido de Autorização

O meu nome é Sara Silva, sou a psicóloga estagiária do Agrupamento de Escolas de Cascais, e, no âmbito do Mestrado em Psicologia Forense e da Exclusão social, estou a elaborar uma dissertação sobre família, parentalidade e comportamentos de risco na adolescência. Trata-se de uma investigação através de um inquérito de carácter anónimo e confidencial que se pretende desenvolver junto de uma amostra aleatória de jovens que frequentam o 3º ciclo do ensino básico e o ensino secundário.

O questionário será administrado no grupo turma com o meu apoio para o esclarecimento de dúvidas e questões relativas ao seu preenchimento, prevendo-se que o mesmo possa ser concluído em 30 minutos.

Assim sendo, solicita-se a vossa colaboração, autorizando que o seu educando participe neste trabalho de investigação.

Sara Silva

Eu, _____
autorizo/ não autorizo o meu educando _____, da turma ____ do ____º ano a participar no trabalho de investigação anteriormente descrito, no âmbito da elaboração da Dissertação sobre Ruturas da Parentalidade, Práticas Parentais e Comportamentos Transgressivos.

O (a) Encarregado(a) de Educação: _____

Data: ____/____/____

Anexo II – Questionário

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias Escola de Psicologia e Ciências da Vida

Investigação em Psicologia Forense e da Exclusão Social

Caro/a participante, solicito a tua colaboração voluntária para participar num estudo relacionado com práticas parentais e comportamentos na adolescência, realizado no âmbito do Mestrado em Psicologia Forense e da Exclusão Social.

Toda a informação recolhida é confidencial e anónima e os dados destinam-se apenas a tratamento estatístico. Não existem respostas certas ou erradas e caso assim entendas, terás o direito de abandonar o estudo, a qualquer momento. Deves sentir-te à vontade para colocar todas as tuas dúvidas ou questões.

Agradeço a tua colaboração!

1. Sexo: ☐ Feminino ☐ Masculino

2. Idade: ____ anos

3. Etnia:

☐ Caucasiana ☐ Africana ☐ Asiática

☐ Outra. Qual? _____

4. Ano de escolaridade completo:

☐ 7º ano ☐ 8º ano ☐ 9º ano

☐ 10º ano ☐ 11º ano ☐ 12º ano

5. Reprovaste algum ano?

☐ Sim ☐ Não

5.1 Se sim, quantas vezes? _____ vezes

6. Os teus pais:

☐ estão casados/ juntos ☐ divorciados/ separados

☐ mãe falecida ☐ pai falecido

7. Com quem vives?

☐ Pai ☐ Mãe ☐ Irmãos ☐ Avós

☐ Padrasto ☐ Madrasta

☐ Outros familiares.

Quem? _____

☐ Outras pessoas.

Quem? _____

8. Habilitações do teu pai:

☐ Analfabeto ☐ 1º ciclo ☐ 2º ciclo ☐ 3º ciclo
☐ Ensino Secundário ☐ Ensino Superior ☐ Não sei

9. Situação profissional do teu pai:

☐ Empregado ☐ Desempregado ☐ Reformado ☐ Não sei

10. Habilitações da tua mãe:

☐ Analfabeto ☐ 1º ciclo ☐ 2º ciclo ☐ 3º ciclo
☐ Ensino Secundário ☐ Ensino Superior ☐ Não Sei

11. Situação profissional da tua mãe:

☐ Empregado ☐ Desempregado ☐ Reformado ☐ Não sei

12. Se não vives nem com o teu pai nem com a tua mãe, quais as habilitações do teu Encarregado de Educação?

☐ Analfabeto ☐ 1º ciclo ☐ 2º ciclo ☐ 3º ciclo
☐ Ensino Secundário ☐ Ensino Superior ☐ Não Sei

13. Situação profissional do teu Encarregado de Educação:

☐ Empregado ☐ Desempregado ☐ Reformado ☐ Não sei

14. Se os teus pais estão juntos, como classificas, numa escala de 1 (muito má) a 5 (muito boa):

14.1 a relação com a tua mãe:

1	2	3	4	5

14.2 a relação com o teu pai:

1	2	3	4	5

15. Em que medida a tua mãe, numa escala de 1 (nada) a 5 (muito), pode contar com o apoio de:

15.1 familiares na resolução de diferentes problemas/ questões da sua vida (questões económicas, educação dos filhos, saúde):

1	2	3	4	5

15.2 amigos na resolução de diferentes problemas/ questões da sua vida (questões económicas, educação dos filhos, saúde):

1	2	3	4	5

16. Em que medida, numa escala de 1 (nada) a 5 (muito), o teu pai pode contar com o apoio de:

16.1 familiares na resolução de diferentes problemas/ questões da sua vida (questões económicas, educação dos filhos, saúde):

1	2	3	4	5

16.2 amigos na resolução de diferentes problemas/ questões da sua vida (questões económicas, educação dos filhos, saúde):

1	2	3	4	5

Se respondeste que os teus pais estão juntos passa para a questão 21

17. Que idade tinhas quando os teus pais se separaram? _____ anos

18. Numa escala de 1 (muito má) a 5 (muito boa), como classificas...

18.1 a relação com o teu pai antes da separação?

1	2	3	4	5

18.2 a relação com o teu pai depois da separação?

1	2	3	4	5

18.3 a relação com a tua mãe antes da separação?

1	2	3	4	5

18.4 a relação com a tua mãe depois da separação?

1	2	3	4	5

19. Tens contacto com o progenitor com quem não vives?

☐ Sim ☐ Não

19.1 Se sim, com que frequência estão juntos?

☐ Algumas vezes por semana ☐ Aos fins-de-semana
☐ De 15 em 15 dias ☐ 1 vez por mês, ou menos

20. Com que frequência é que os teus pais costumavam discutir ou ter algum tipo de conflito antes da separação?

☐ Nunca ☐ Às vezes ☐ Frequentemente ☐ Raramente

20.1 Essas discussões ou conflitos mantiveram-se após a separação?

☐ Sim ☐ Não ☐ Não sei

20.2 Esses conflitos deviam-se/ devem-se a:

☐ Desacordo a tua educação ☐ Questões económicas
☐ Má relação entre eles ☐ Não sei

Outra razão. Qual? _____

Práticas Parentais

21. As seguintes questões referem-se aos comportamentos que os teus pais adotam, em determinadas circunstâncias, relativamente a diferentes questões da tua vida.

Assinala com um X a opção que mais se assemelha ao teu caso.

- PMS (Smal, S. A.)

0 – Nunca 1 – Raramente 2 – Às vezes 3 – A maioria das vezes 4 – Sempre

	0	1	2	3	4
1. Os meus pais sabem onde estou depois das aulas					
2. Se vou chegar tarde a casa, é suposto telefonar aos meus pais a avisar					
3. Antes de sair de casa, digo aos meus pais com quem vou estar					
4. Quando saio à noite, os meus pais sabem onde estou					
5. Os meus pais sabem onde é que eu gasto o meu dinheiro					
6. Os meus pais conhecem os pais dos meus amigos					
7. Os meus pais conhecem os meus amigos					
8. Eu falo com os meus pais sobre os planos que faço com os meus amigos					

- PSPI (Paulson, S. E.)

1 – Nada parecido 2 – Pouco parecido 3 – Mais ou menos parecido
4 – Parecido 5 – Muito parecido

	1	2	3	4	5
1. Os meus pais têm regras em relação à televisão e ao computador					
2. Descreveria os meus pais como rigorosos					
3. Não há problemas com os meus pais se eu não cumprir determinadas regras					
4. Quando faço alguma coisa de errado, os meus pais não costumam castigar-me					
5. Penso que os meus pais me disciplinam muito					
6. Os meus pais costumam querer saber onde é que eu vou					
7. Os meus pais dão-me muita liberdade					
8. Os meus pais tomam a maioria das decisões sobre o que eu devo fazer					
9. Os meus pais dão-me tarefas para fazer em casa					
10. Os meus pais deixam-me fazer o que quero sem questionarem as minhas decisões					
11. Os meus pais raramente me dão ordens					
12. Os meus pais definiram poucas regras para eu cumprir					
13. Os meus pais esperam que eu esteja em casa a uma determinada hora depois das aulas ou à noite					
14. Os meus pais não se importam se eu não fizer as minhas tarefas					
15. Os meus pais às vezes dizem que as ordens deles não são para serem questionadas					
16. Os meus pais encorajam-me a dar o meu melhor em tudo o que					

Faço					
17. Os meus pais pensam que a educação é uma parte muito importante na adolescência					
18. Os meus pais costumam ir às reuniões com os professores					
19. Os meus pais estabelecem padrões elevados para eu os atingir					
20. Os meus pais raramente vêm os meus testes e trabalhos da escola					
21. Os meus pais não se importam com as minhas notas					
22. Os meus pais estão envolvidos em atividades da escola					
23. Os meus pais fazem trabalho voluntário na minha escola					
24. Os meus pais pensam que os trabalhos de casa são muito importantes					
25. Quando tenho notas baixas, os meus pais ajudam-me a melhorar					
26. Os meus pais não costumam ir à minha escola					
27. Os meus pais certificam-se de que eu faço os trabalhos de casa					
28. Os meus pais sabem as minhas notas					
29. Os meus pais acham que eu devo ir para a universidade					
30. O trabalho árduo é bastante importante para os meus pais					
31. Os meus pais acham que não me devem ajudar nos trabalhos de casa					
32. Os meus pais têm grandes aspirações para o meu futuro					
33. Quando tenho notas baixas, os meus pais oferecem-se para me ajudar					
34. Quando peço ajuda com os trabalhos de casa, os meus pais costumam ajudar-me					
35. Os meus pais pensam que antecipar-me é bastante importante					
36. Os meus pais não acham que eu deva preocupar-me sobre a minha carreira					
37. Os meus pais costumam ir às atividades em que eu estou envolvido/a na escola					

- PS (Bowen, G.L. & Richman J. M.)

Tendo em conta os últimos 30 dias, com que frequência é que os teus pais te deram apoio nas seguintes formas:

1 – Nunca 2 – Às vezes 3 – Com frequência

	1	2	3
1. Cuidaram de ti quando estavas doente ou chateado			
2. Ajudam-te a resolver um problema			
3. Ficaram do teu lado, quando estavas com problemas			
4. Proporcionaram-te suporte e carinho			
5. Ajudaram-te a ver as diferenças entre o certo e o errado			
6. Foram um bom exemplo para ti			
7. Encorajaram-te			
8. Disseram-te que gostavam de ti			
9. Deram-te conselhos			
10. Fizeram-te sentir importante			
11. Levaram-te a sítios onde precisavas de ir			
12. Deram-te privacidade quando precisaste			
13. Compraram-te alguma coisa de que precisavas			
14. Fizeram-te sentir apreciado			
15. Disseram-te que fizeste um bom trabalho			

16. Fizeram-te sentir especial			
17. Passaram tempo contigo			
18. Fizeram o que disseram que iam fazer			
19. Perguntaram como é que estavas			

Comportamentos na adolescência

22. Quantas vezes já consumiste:

	Nenhuma vez	1-12 vezes ao longo da vida	1-12 vezes no último ano	1-3 vezes no último mês	1-3 vezes por semana	Todos os dias
Tabaco						
Álcool						
Cannabis						
Anfetaminas						
Ecstasy						
Outras. Quais?						

23. Se já consumiste alguma das substâncias acima referidas, que idade tinhas quando experimentaste?

Substâncias	Idade
Tabaco	
Álcool	
Cannabis	
Anfetaminas	
Ecstasy	
Outras	

24. Em toda a tua vida, quantas vezes tiveste os seguintes comportamentos?

	0	1	1-5	5-10	>10
1. Estar incluído num grupo que se junta para bater noutras pessoas.					
2. Envolveres-te em lutas de <i>gang</i> .					
3. Ferir alguém ao ponto dessa pessoa precisar de cuidados médicos.					
4. Roubar dinheiro ou objetos de outra pessoa.					
5. Andar à luta na rua.					
6. Vender artigos roubados.					
7. Roubar um carro.					
8. Usar facas ou navalhas para ameaçar ou magoar alguém.					
9. Ter problemas com a polícia por alguma coisa que tenhas feito.					
10. Usar armas de fogo para ameaçar ou magoar.					
11. Forçar a entrada numa casa, estabelecimento ou outra					

propriedade.					
12. Roubar artigos em lojas ou supermercados.					
13. Participar num assalto a uma casa, loja, escola ou outros edifícios.					
14. Insultar um professor ou funcionário da escola.					
15. Andar à luta na escola.					
16. Pegar fogo a uma casa ou outro espaço.					
17. Ter falta disciplinar.					
18. Vender droga.					
19. Estar incluído num grupo que se junta para gozar/ insultar outras pessoas.					
20. Danificar intencionalmente mobiliário, instrumentos ou espaços da escola.					
21. Fugir de casa.					
22. Passar a noite fora de casa sem autorização.					
23. Ser suspenso da escola.					
24. Bater num professor ou funcionário da escola.					
25. Pegar fogo a um carro.					
26. Ser expulso da escola.					